



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 38 - Nº 771 - DE 30 DE AGOSTO A 12 DE SETEMBRO DE 2026 - R\$ 5,00



88
anos

da Fundação da IV Internacional

“A situação política mundial no seu conjunto caracteriza-se antes de mais nada pela crise histórica da direção do proletariado” (Programa de Transição)

**LUTAR PELA RECONSTRUÇÃO DO PARTIDO
MUNDIAL DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA!**

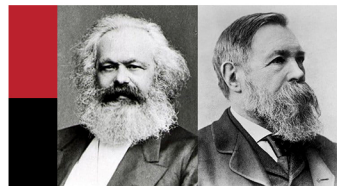
Seis meses de guerra dos Estados Unidos contra o Irã

Defesa incondicional do Irã!

**Combater a guerra de dominação imperialista
com a estratégia programática e os métodos
revolucionários da luta de classes**

**Unir os explorados e os povos oprimidos em
uma frente única anti-imperialista**

PELOS ESTADOS UNIDOS SOCIALISTAS DO ORIENTE MÉDIO!



► **Assimilando o socialismo científico**

A Base da Família (parte 2)

Após fracasso militar, Trump decreta ofensiva econômica contra o Irã

Defesa incondicional do Irã

*Combater a guerra de dominação imperialista com a estratégia
programática e os métodos revolucionários da luta de classes*

*Unir os explorados e os povos oprimidos em uma
frente única anti-imperialista*

Pelos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio!

No dia 24 de agosto, o Secretário de Tesouro dos Estados Unidos, Scott Bessent, anunciou uma série de medidas econômicas que visam estrangular financeiramente o Irã, após o fracasso da campanha militar de Trump no Oriente Médio. As medidas foram anunciadas como um “Dia D econômico”, numa referência tosca e jactanciosa, ao desembarque aliado na Normandia em 1945.

Trump se vê obrigado a manter a guerra contra o Irã nas condições em que o Estado sionista de Israel continua com o massacre dos palestinos na Faixa de Gaza e avança em seu objetivo de anexar também a Cisjordânia e parte do Líbano. Há que se assinalar que nesse marco prolonga a guerra na Ucrânia, que adentrou no seu quinto ano.

O fracasso de Trump na guerra contra o Irã é hoje reconhecido até mesmo por setores da burguesia mundial. Apesar de seu imenso poderio bélico, em 6 meses de conflito, os Estados Unidos esgotaram seus estoques de mísseis (incluindo o sistema de defesa patriot) e não conseguiram destruir nem as instalações nucleares, nem os principais centros de lançamento de mísseis do Irã. O objetivo central de Washington de impor um plano de paz imperialista malogrou depois de três rodadas de negociações em fevereiro, junho e agosto. O Irã foi capaz de retaliar lançando mísseis Ghard contra bases militares e radares em diferentes países e fechando o estreito de Ormuz, o que levou à alta no preço do petróleo.

O anúncio da Casa Branca de uma nova rodada de sanções contra o Irã expressa os limites momentâneos do imperialismo em derrotar o nacionalismo islâmico apoiado pelas massas. As medidas adotadas visam cortar receitas que financiam a economia do país. Os setores em vista são: ativos digitais, tecnologia, ouro, aviação e transporte marítimo. Mais de 60 empresas e indivíduos já foram incluídos nas medidas. Bessent prometeu sanções secundárias contra empresas, bancos e países que continuem a fazer negócios com o Irã, incluindo sua expulsão do sistema do dólar. Nesse sentido, Turquia, Iraque Índia e Rússia estariam na alça de mira. O grande obstáculo para a Casa Branca continua a ser a China, que compra 90% de todo o petróleo iraniano. Impor sanções à China para que interrompa suas importações vitais de óleo cru

do país equivale a uma medida de guerra contra Pequim. Eis por que o sistema financeiro chinês permanece, até o momento, fora das sanções.

Não é de hoje que o imperialismo estadunidense recorre ao estrangulamento econômico como arma de guerra. Cuba suporta uma situação calamitosa desde fevereiro, com apagões e falta de produtos básicos. Essa ação contrarrevolucionária combina com o controle imposto à Venezuela. O mesmo pretende-se agora para o Irã. No fundo, são as massas que pagam por estas medidas reacionárias que carregam traços de ‘genocídio indireto’. Há alguns meses, os Estados Unidos impuseram um bloqueio naval e cogitaram mesmo um bloqueio econômico terrestre do país (abandonando por falta de condições logísticas).

Para Trump, vale tudo para colocar o Irã de joelhos e escapar da desmoralização que atinge seu governo, antes das eleições de 3 de novembro, que pode dar maioria aos democratas no Congresso. A inesperada resistência iraniana teve o mérito não apenas de estender o tempo do conflito, como gerar pressões inflacionárias nos Estados Unidos, o que ajudou a derrubar tanto o apoio da pequena-burguesia à guerra como a própria popularidade de Trump (hoje inferior a 36%). Em caso de guerra econômica, Teerã promete retaliar fechando completamente Ormuz e o próprio Golfo Pérsico para o tráfego petrolífero. Isso significa: novas tensões e uma nova escalada no conflito.

Os trabalhadores conscientes de todo o mundo têm o dever de condenar a reacionária ofensiva econômica de Trump sobre a nação persa. Ela reflete a profunda decomposição do imperialismo e a necessidade do controle das fontes de matérias-primas. As organizações de massa dos explorados estão chamadas a organizar uma campanha ativa de defesa do Irã, com atos e manifestações. O POR levanta a bandeira da Frente Única Anti-imperialista e de defesa da autodeterminação dos povos oprimidos. Chama os explorados a lutarem pela expulsão dos Estados Unidos e a constituição dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio, o será possível pela via da superação da crise de direção e da reconstrução da IV Internacional.

Carta do Partido Operário Revolucionário (POR) à classe operária, aos demais trabalhadores e à juventude oprimida

Essa é a segunda Carta dirigida aos explorados e à juventude oprimida. A campanha eleitoral passou a ocupar a atenção política do país. Os candidatos vêm realizando atos, caminhadas, entrevistas e debates. Lula, PT e aliados recorreram à história da Vila Euclides, campo de futebol de São Bernardo do Campo, onde os metalúrgicos confluíram em assembleia para decidirem sobre a greve de janeiro de 1979.

Ocorre que Lula e o PT não guardam absolutamente nada de sua relação original com a classe operária e os demais oprimidos. Ao se tornarem uma das forças políticas da governabilidade, romperam com o programa de reivindicação mais elementar dos assalariados e com o método da ação direta, que é o da greve, das ocupações de fábrica, dos piquetes, dos bloqueios, das manifestações massivas e da resistência à repressão policial e judicial. A greve de 1979 quebrou o temor imposto pela ditadura militar aos sindicatos e, portanto, ao movimento operário.

Lula se destacava como um futuro dirigente que viria a encarnar o processo de burocratização e de estatização sindical. E o PT que se constituiu em 1980, prometendo defender os interesses dos explorados, se tornou um dos instrumentos mais importantes da política burguesa, gestado no processo de esgotamento da ditadura militar e reconstituição da democracia oligárquica.

Em seus quatro mandatos e meio – Dilma foi cassada no seu segundo mandato –, o PT assumiu plenamente a defesa do capitalismo e administrou o Estado de acordo com os interesses dos grandes proprietários dos meios de produção e da oligarquia financeira.

Os programas assistencialistas serviram de máscara a essa política antioperária e antipopular, assim como meios para o governo petista exercer a influência burguesa sobre uma grande parcela da maioria oprimida. Ofereceu às multinacionais e ao grande capital nacional os serviços da burocracia sindical, que substituiu a luta operária do final dos anos de 1970 e que se ampliou na década seguinte pela política de colaboração de classes. Inúmeras foram as traições às greves e movimentos de resistência dos trabalhadores ao arrocho salarial, ao fechamento de fábricas, às demissões massivas e à imposição dos acordos malditos ditados pelos capitalistas.

A utilização eleitoral da Vila Euclides é mais uma das farsas do PT e aliados para alimentar a ilusão nos explorados de que Lula sempre esteve do lado dos oprimidos contra os opressores. O fato de poderosas frações da burguesia divergirem em parte da política

econômica do governo Lula – hoje, governo nacional-reformista de frente ampla –, não elimina o seu caráter burguês, antioperário e antipopular.

O candidato Flávio Bolsonaro, representante da ultradireita, que também recorre à maioria oprimida para derrotar Lula, fez sua manifestação em Copacabana, Rio de Janeiro. Ambiente apropriado para as forças ultradireitistas, que chegaram ao poder com a vitória de Jair Bolsonaro em 2018, disputando com o petista Fernando Haddad, uma vez que Lula estava preso sob a acusação de corrupção na Operação Lava Jato. A ditadura civil de Michel Temer, após o golpe institucional que derrubou Dilma Rousseff, aplainou o caminho das contrarreformas e da ascensão do bolsonarismo. O grande capital nacional e internacional esteve na base do impeachment de Dilma e na aplicação do plano econômico de

Temer e Bolsonaro. Assim, desfecharam um dos maiores ataques à classe operária impondo a contrarreforma trabalhista e previdenciária. Nos últimos anos, cresceu o contingente de trabalhadores desempregados, subempregados e sujeitos à informalidade, entre eles, uma grande parte da juventude. De golpista que foi contra Dilma Rousseff, Bolsonaro orquestrou um golpe para impedir a posse de Lula em 8 de janeiro de 2023. O golpe fracassou devido a uma cisão no alto comando militar e pela ausência de um movimento apoiado em camadas da população.

Bolsonaro desde a prisão domiciliar lançou a candidatura de seu filho, contrariando a formação de uma frente entre a ultradireita e direita para a indicação de Tarcísio de Freitas, governador de São Paulo. Os cálculos desse campo oposicionista eram o de que com Tarcísio seria possível quebrar a liderança eleitoral de Lula. Com o apoio de Trump, a oposição poria em risco a continuidade de Lula e PT na presidência do país. Não sendo assim, as eleições estão marcadas pela divisão do campo da ultradireita e direita e unidade no

das forças de centro-esquerda. Os candidatos da direita – Ronaldo Caiado (PSD), Romeu Zema (Novo), Renan Santos (Missão), sobretudo – não têm conseguido romper a polarização entre Lula e Flávio. Espera-se que, no segundo turno, se juntem para derrotar Lula. A maior probabilidade é a de que o candidato petista vença o pleito.

Cada eleição presidencial tem suas particularidades. As forças burguesas em disputa pelo controle da governabilidade acabam expondo a decomposição da democracia oligárquica e sua função de descarregar a crise do capitalismo sobre a classe operária e os demais explorados.



E o PT que se constituiu em 1980, prometendo defender os interesses dos explorados, se tornou um dos instrumentos mais importantes da política burguesa, gestado no processo de esgotamento da ditadura militar e reconstituição da democracia oligárquica.

No pleito em que Bolsonaro venceu Haddad, o candidato pe-
tista carregava a pecha da corrupção exposta pela Operação Lava
Jato. Bolsonaro vestia o véu da “pureza” evangélica, apesar do his-
tórico das rachadinhas na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro
envolvendo Flávio e dos vínculos de sua família com as milícias.

Em uma situação de profunda crise política que arrastou o go-
verno de Bolsonaro para o precipício nas condições excepcionais
da pandemia, Lula teve seus direitos políticos restabelecidos pelo
Supremo Tribunal Federal. Também nesse caso, as eleições estive-
ram marcadas por escândalos e ameaças golpistas. Agora, Flávio
Bolsonaro carrega nos ombros de-
núncias de vínculos com a quebra do
Banco Master e dependente de recur-
sos financeiros do banqueiro Daniel
Vorcaro.

Seria uma maravilha para a can-
didatura de Lula se não levasse a ti-
racolo o seu filho-empresário Fábio
(Lulinha), cuja denúncia de partici-
pação de desvio de fundos do INSS e
tráfico de influência no governo não
pudesse ser utilizada pelos oposito-
res.

As evidências de corrupção que
envolvem os dois candidatos, no
entanto, não têm servido a nenhum
dos outros postulantes, como o caso
de Ronaldo Caiado e Romeu Zema,
que desavergonhadamente se auto qualificam de homens públicos
de inquestionável limpeza moral. O fato é que nenhum candidato
capaz de chegar à presidência da República se ergue na escada
da política burguesa sem criar vínculos de interesses com grupos
econômicos e quadrilhas de burocratas que parasitam o Estado.

O Partido Operário Revolucionário (POR) chama a atenção dos
explorados para o fato de que a corrupção é própria da política
burguesa. Não é causa, mas sim consequência das relações eco-
nômicas que condicionam a existência do Estado capitalista e de
sua governabilidade. O fundamental está em que os trabalhado-

res são convocados a elegerem o presidente, os governadores e os
parlamentares para manter a exploração e administrar os conflitos
que emergem constantemente nas entranhas da classe burguesa.
Depois de eleitos, não precisam prestar contas à maioria oprimi-
da que os elegeram. A governabilidade está voltada a proteger a
propriedade privada dos meios de produção, a lucratividade do
empresariado, a riqueza concentrada em poder da minoria e o pa-
rasitismo financeiro que se vale da gigantesca dívida pública.

O Partido Operário Revolucionário (POR) chama os oprimi-
dos a rejeitarem o jogo da política burguesa e a exigirem de seus
sindicatos, centrais e movimentos
que rompam com todas as formas
da política burguesa e assumam a
política do proletariado. A classe
operária, pelo lugar que ocupa nas
relações de produção, tem seu pro-
grama próprio, que é o da revolução
social. Suas reivindicações de traba-
lho a todos, de estabilidade no em-
prego, de um salário mínimo capaz
de garantir a existência da família, de
erradicação da pobreza e miséria, do
fim da discriminação da mulher tra-
balhadora, da proteção da juventude
e da garantia de todas as condições
sociais à vida é parte do programa da
revolução social.

A classe operária pode dirigir a
maioria oprimida no sentido de pôr abaixo o Estado burguês e a
ditadura de classe dos exploradores. Em seu lugar, constituir um
governo de unidade revolucionária, operário e camponês. Para
isso, é preciso fortalecer a construção do Partido Operário Revolu-
cionário, que encarna o programa da revolução social e, nesse mo-
mento, combate a arregimentação eleitoral dos explorados pelos
partidos da burguesia. Toda força à luta por conquistar a indepen-
dência política da classe operária e dos demais oprimidos. Esse é o
conteúdo de classe da defesa do voto nulo nas eleições burguesas.

25 de agosto de 2026

R\$5

**A política de
independência de
classe diante das
eleições municipais**

Coletânea de artigos sobre a intervenção
do POR nas eleições burguesas (2024)

**Adquira
com o
distribuidor
do jornal
Massas:**

VOTE NULO

Defender os
empregos, salários e
direitos por meio da
ação direta coletiva.

**CONSTRUIR O PARTIDO
OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO!**

POR
PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO

MASSAS
DE JORNAL DE EDUCAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO

R\$5

**A luta pela
independência
de classe
do proletariado**

**Adquira
com o
distribuidor
do jornal
Massas:**

Tática e Estratégia do Partido
Operário Revolucionário (POR)
nas eleições presidenciais de 2022

POR
PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO

MASSAS
DE JORNAL DE EDUCAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO

Eleições em São Paulo

O predomínio da política da ultradireita no estado de São Paulo indica o quanto a classe operária, os demais trabalhadores e a juventude oprimida se encontram sujeitos à dominação capitalista

A política fracassada do nacional-reformismo favorece o continuísmo da ultradireita

A luta pela independência da classe operária no estado de São Paulo é parte da luta em todo o país

Em São Paulo, há uma tendência de vitória de Tarcísio de Freitas (Republicanos) sobre Haddad (PT). A pesquisa Quaest divulgada em 25 de agosto indica 40% contra 27% no primeiro turno; branco/nulo/não vai votar: 14%; indecisos: 13%. No 2º turno, a mesma pesquisa aponta: Tarcísio 47% e Haddad 30%; branco/nulo/não vai votar: 12%; indecisos: 11%.

Para o Senado, os números são os seguintes: Guilherme Derrite (PP): 12%; Marina Silva (Rede): 12%; Simone Tebet (PSB): 11%; André do Prado (PL): 7%; Ricardo Salles (Novo): 6%. Nesta eleição serão escolhidos dois senadores pelo estado – vale lembrar que o mandato para o Senado dura oito anos. Como se vê, há um empate técnico entre Derrite, Marina e Tebet; e os outros dois não estão fora da disputa, têm chances matematicamente de superar o bloco dianteiro. Observa-se que o PT teve de se sujeitar às candidaturas de representantes que compõem o governo de frente ampla de Lula.

A disputa pela presidência em São Paulo, maior colégio eleitoral do país, aparece empatada tecnicamente: Flávio Bolsonaro (PL) com 30%, Lula (PT) com 29% no primeiro turno. No segundo turno, Flávio tem 40%, Lula 39%. Branco/nulo/não vai votar: 12% no primeiro turno e 14% no segundo; indecisos: 13% e 7%, primeiro e segundo turnos, respectivamente. A possibilidade de Flávio ser



o mais votado no estado testemunha a incapacidade do PT e do governo Lula de terem mudado as tendências eleitorais de direita e ultradireita que prevalecem sobre uma importante camada da classe operária e da classe média arruinada.

É importante destacar a enorme influência do conservadorismo do interior paulista, que tem raízes profundas e coloca a possibilidade de uma vitória esmagadora do ultradireitista Tarcísio, apesar da influência petista que persiste – embora em declínio – no ABC, na capital e outras cidades importantes da região. Nos municípios do interior, é significativa a pressão das oligarquias agrárias e da presença econômica de setores da burguesia comercial. É sintomático que Haddad conte com maior apoio dos explorados na capital e no ABC, que refletem a forte presença do proletariado e a existência dos sindicatos operários, que são manejados pela burocracia cutista, sobretudo.

O POR faz campanha pelo voto nulo, cujo conteúdo é o da independência de classe, diante de todas as variantes da política burguesa. Coloca em primeiro plano a necessidade da organização dos oprimidos com seus próprios métodos de luta, em defesa das reivindicações elementares, de emprego, salário e direitos, bem como a defesa da soberania nacional. Trata-se de batalhar pela construção do Partido Operário Revolucionário.

Eleições no Rio de Janeiro

Velhos dilemas que a classe operária e demais explorados têm de tomar em suas mãos

É dada a largada da corrida eleitoral no Rio de Janeiro e velhos problemas da política do Estado voltam a ganhar destaque em meio à campanha dos partidos. O Rio de Janeiro e Niterói são duas cidades marcadas por grandes contradições, onde a extrema direita e os partidos centristas disputam palmo a palmo o destaque em cada um dos municípios. Nas demais cidades da região metropolitana, o que se vê é uma ampla presença da extrema direita encabeçando a preferência do eleitorado, tanto nas eleições municipais quanto federais.

No entanto, o que se observa é um reflexo similar na capital, onde os partidos de extrema direita, provavelmente, sairão nova-

mente fortalecidos dessa eleição, com partidos como PT e PSOL se contentando em eleger uma meia dúzia de deputados. No que tange ao governo do Estado, a expectativa é que esses mesmos partidos apoiem o governo de Eduardo Paes (PSD) em um eventual segundo turno, uma vez que suas candidaturas não possuem força política para se alavancarem no cenário carioca e fluminense, levando a apoiar o direitista como um “mal menor”.

Apesar da presença de grupos paramilitares, como as milícias e as igrejas neopentecostais, serem os principais agentes da extrema direita no Estado, fato é que a falência da política carioca tem como justificativa outro aspecto. Enquanto segunda maior cidade



Quaest no RJ: Paes, 35%; Bacellar, 9%; Reis, 5%; Mônica Benício, 4%; Marsili, 2%

do país, possuindo uma concentração de renda e desigualdade gigantescas, a cidade do Rio de Janeiro sofre há anos com a inércia dos movimentos sociais e estudantis.

O que se observa são atos esvaziados, onde as principais forças políticas monopolizam a realização e a execução das manifestações em benefício próprio e, na maioria das vezes, contando com a presença dos seus candidatos. No caso do movimento estudantil, uma camada significativa dos estudantes tem se movimentado para a campanha eleitoral e para a reeleição da chapa Lula/Alckmin, enquanto o que se vê é um processo constante de sucateamento das instituições de ensino superior no estado, com greve de servidores, falta de assistência estudantil, prédios desabando e alunos sem aula.

Em relação às cidades, o cenário segue alarmante. Tanto o Rio quanto às demais cidades da região metropolitana são assoladas pela barbárie diariamente, tendo o ápice dessa violência se manifestado na Chacina do Complexo do Alemão e Jacarezinho no ano passado, ação esta que ceifou a vida de mais de cem pessoas. Nesse cenário, a “segurança pública” se torna um ponto chave na política carioca. Enquanto a extrema direita bate na tecla de reforçar a segurança e estimular ações tais quais as do Complexo do Alemão para que sigam acontecendo, os partidos de centro falam em atuar por meio da inteligência das forças de segurança e minar a cadeia econômica que sustentam os grupos armados do município.

Tanto uma posição quanto a outra não atuam na raiz do problema. É sabido de muito tempo como uma parcela da burguesia nacional já se converteu em uma burguesia narcotraficante, e os seus interesses ditam as regras da chamada “Guerra às Drogas” no Estado. A presença do narcotráfico, das milícias, as mortes causa-

das por intervenções policiais nas favelas e bairros operários em-pobrecidos e de todo tipo de criminalidade no Rio de Janeiro são resultados da penetração dessa fração burguesa narcotraficante nas regiões periféricas no Estado.

Aproveitando-se do atraso nacional, do desemprego e da miséria, o narcotráfico lava bilhões por meio de aplicações em empresas e transações no sistema financeiro, buscando expandir sua capacidade econômica e política. A sofisticação das facções criminosas avança junto à barbárie social no Rio, devido à cobertura do capital financeiro, da burocracia estatal e dos partidos da burguesia. O narcotráfico é um agente de longa data que financia as eleições, e o fato de não vermos nenhum partido de centro levantando a bandeira pelas reivindicações imediatas da classe operária e da maioria oprimida, se torna um fator decisivo para penetração dessas forças reacionárias no seio da população carioca.

A burguesia narcotraficante se impõe, portanto, nas condições de desagregação social e miséria no RJ. Se espalha, como o CV, PCC e outras, arrastando um contingente de jovens cariocas à morte prematura, e soma-se às milícias, que também são aliciadoras de parcela dessa juventude oprimida. Assim, o combate à coluna vertebral do narcotráfico precisa ser realizado no Rio de Janeiro e seu cumprimento implica abrir os segredos comerciais dos banqueiros e derrubar o capital e, com isso, combater a burguesia narcotraficante e seus interessados protetores.

A luta contra a barbárie no estado do Rio passa pela organização da classe operária. Nesses termos, é preciso lutar contra a subordinação política e organizativa dos sindicatos, movimentos sociais e estudantis no Rio de Janeiro, fazendo a defesa de um programa próprio de reivindicações, demonstrando o caráter contrarrevolucionário dos partidos que controlam os sindicatos e iludem as massas cariocas, submetendo-as à política burguesa.

O que evidencia essa corrida eleitoral no território fluminense é que nenhum partido político tem capacidade de levar a cabo as necessidades mais elementares da população carioca, colocando essa tarefa como uma responsabilidade do Partido Operário Revolucionário (POR). Para isso, é fundamental romper com a inércia que caracteriza os movimentos políticos e sociais no município, e levantar a bandeira por um Dia Nacional de Luta com paralisações, piquetes, greves e ocupações. Os velhos e terríveis dilemas devem ser respondidos com o programa da revolução social.

Eleições em Santa Catarina

Disputa eleitoral dominada pela reação



Quaest: Jorginho Mello (PL) lidera com 50%, João Rodrigues (PSD) aparece em segundo lugar, com 17%,

A eleição de 2026 em SC é dominada pela oligarquia burguesa do estado. Jorginho Mello (PL), atual governador, buscará a reeleição. Como representante dessa oligarquia, conta com a máquina do estado. Destinou um grande volume do dinheiro público para fazer propagandas e publicidade, em torno de R\$ 163,5 milhões a R\$ 216 milhões. Um aumento de 136% em relação ao primeiro ano de seu mandato.

João Rodrigues (PSD), que apresenta outro setor da burguesia do oeste do estado catarinense, já foi prefeito por três vezes de Chapecó, onde construiu sua carreira política e renunciou ao seu quinto mandato de prefeito para concorrer pela primeira vez ao governo do estado catarinense. João Rodrigues oficializou sua candidatura ao lado de Ronaldo

Caiado (PSD) candidato a presidente da República, entre outras lideranças de outros partidos.

Gelson Merisio (PSB) - mesmo partido de Geraldo Alckmin, vice-presidente da República - é o candidato apoiado pelo governo federal de Lula (PT), já foi apoiador de Jair Bolsonaro nas eleições de 2018 no segundo turno. Na época, Merisio era filiado ao (PSD) e disputava o governo de SC. Nas pesquisas mais recentes de intenção de votos, o candidato de Lula aparece em terceiro lugar com variações entre 8,2% e 8,9% atrás de João Rodrigues que tem 20,3% e Jorginho Mello que lidera as pesquisas com 52,8, com chances de ganhar no primeiro turno. Já o (PT) abriu mão da disputa ao governo do estado e tentará uma vaga no senado federal com Décio Lima (PT) por Santa Catarina.

Para as eleições de 2026, Santa Catarina conta com 13 candidatos disputando as duas vagas para o Senado, os principais candidatos apoiados pelas maiores coligações

O filho de Bolsonaro, Carlos Bolsonaro (PL), ex-vereador do Rio de Janeiro, renunciou ao cargo e mudou o domicílio eleitoral

para SC, é um dos favoritos a se eleger. Carol de Toni também do (PL) e deputada federal pela ala conservadora/bolsonarista, compondo a dobradinha do partido, pode se eleger. Nas pesquisas da NeoKemp, julho de 2026, Carlos Bolsonaro (PL) lidera numericamente as intenções de voto no estado com 27,7% e Carol de Toni com 21,0%. Décio Lima (PT) aparece em terceiro lugar com 13,8%. No levantamento da pesquisa AtlasIntel que consolidou a soma do primeiro e segundo voto, Carol de Toni (PL) aparece na liderança isolada com 30,7%.

Esperidião Amin (PP) que faz parte da política oligárquica catarinense aparece em segundo com 20,1% e Carlos Bolsonaro (PL) em terceiro lugar com 18,3% e Décio Lima (PT) em quarto lugar com 13,4% e Afrânio Boppé (PSOL) com 9,7%.

As principais chapas que disputam a preferência do eleitorado catarinense para o Executivo e Senado são:

1- Chapa de situação/conservadora (PL + Novo)

Aposta na força da máquina estadual e no alinhamento com o eleitorado de direita.

- Governador: Jorginho Mello (PL) atual governador buscando a reeleição.
- Vice-Governador: Adriano Silva (Novo) ex-prefeito de Joinville.
- Candidatos ao Senado: Carol de Toni (PL) e Carlo Bolsonaro (PL).

2- Chapa de oposição de Centro-Direita (PSD+MDB+PP) reúne as maiores estruturas partidárias do interior e faz contraponto ao atual governo dentro da própria base conservadora.

- Governador: João Rodrigues (PSD) ex-prefeito de Chapecó.
- Vice-Governador: Carlos Chiodini (MDB)
- Candidatos ao Senado: Esperidião Amin (PP) e Antídio Lunelli (MDB).

3- Chapa da Esquerda/ Frente Democrática (PSB+PT+PDT+PSOL/Rede)

Coligação chancelada pelo governo federal para aglutinar o “voto progressista” no estado.

- Governador: Gelson Merisio (PSB)
- Vice-Governadora: Angela Albino (PDT)
- Candidatos ao Senado: Décio Lima (PT) e Afrânio Boppé (PSOL).

Além destas três forças majoritárias, existem outras candidaturas homologadas em chapas puras: Partido Missão, PRD, UP, PSTU e PCO.

O programa do POR (Partido Operário Revolucionário) tem como objetivo histórico desmontar o poder da burguesia e constituir um governo operário e camponês, que expressará a ditadura do proletariado sobre a burguesia e contraposta ao domínio imperialista. Nessa luta pelo poder, é obrigatório revelar o conteúdo burguês das eleições e trabalhar pela organização independente dos explorados. Está posta objetivamente a luta anti-imperialista contra a ofensiva dos Estados Unidos, que pisoteiam a soberania dos países latino-americanos.

A tarefa da vanguarda com consciência de classe é a de defender e lutar pela constituição da frente única anti-imperialista sob a direção da classe operária. É com essa diretriz que o POR se posiciona em meio às eleições chamando os trabalhadores a assumirem seu programa próprio, a ser defendido com os métodos da luta de classes.

Nenhuma ilusão nas eleições burguesas!

Defender os empregos, salários e direitos, por meio da greve, da ação direta e coletiva!

Construir o Partido Operário Revolucionário, lutemos por governo operário e camponês!

Eleições Paraná

Não há alternativa que corresponda aos interesses do proletariado

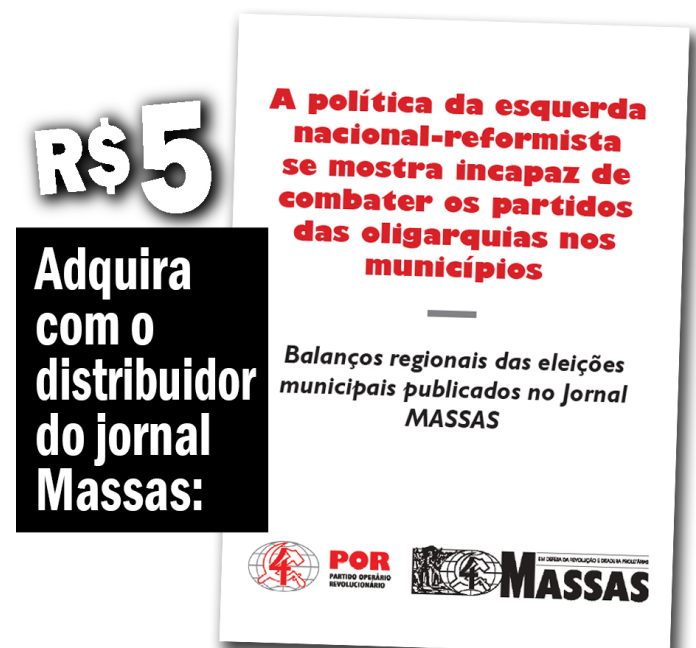
Para as eleições (2026) ao governo do Estado do Paraná, candidataram-se: Adriano Teixeira – PCO; Alexandre Salomão – Mobiliza; Luiz França – Missão; Requião Filho – PDT; Samuel Mattos – PSTU; Sandro Alex – PSD; Sérgio Moro – PL; Tayná Miessa – UP.

Considerando a pesquisa do Instituto Paraná Pesquisa, dia 17 de agosto, os dados mostram uma larga distância entre os candidatos do primeiro e do segundo lugar: Moro com 46,1%, Requião Filho com 23,4%. O candidato Alex, que representa a continuidade do governo Ratinho Júnior, encontra-se com 16,5% das intenções de voto.

Moro afirma: “nossa campanha é uma campanha de honestidade, de combate ao crime, de combate à corrupção e para atender o cidadão, porque todo centavo desviado é um centavo que falta na saúde, na educação e na infraestrutura. Aqui, o nosso grupo político representa o espírito da Lava-Jato, juntamente com a direita e a centro-direita, contra o PT e contra o ‘Centrão’”.

Demagogicamente, o combate à corrupção na política é central para Moro, se colocando como um personagem que irá impor a ética na política, como se isso fosse possível. A referência à Operação Lava Jato oculta o elemento de favorecimento a grandes multinacionais imperialistas em relação a empresas nacionais. Além disso, há um discurso acerca de retornar o dinheiro recuperado da corrupção para os serviços públicos, tais como: educação e saúde. O candidato do PL, dando continuidade em um dos aspectos da administração do governo Ratinho Junior, esconde seu plano de privatização para a educação assim como de ampliar os planos de saúde privados e setores produtivos.

A defesa da privatização por Moro já vem de longa data, em 2022, então o pré-candidato à presidência afirmou: “O nosso obje-



R\$5

A política da esquerda nacional-reformista se mostra incapaz de combater os partidos das oligarquias nos municípios

Balancos regionais das eleições municipais publicados no jornal **MASSAS**

Adquira com o distribuidor do jornal Massas:

POR PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

MASSAS JORNAL DE OPINIÃO E CRÍTICA

tivo é privatizar, o quanto for possível, todas as empresas estatais. A Petrobrás é uma delas”. Alinhado a política bolsonarista, Moro, explicita seu plano de governo antinacional e antioperário.

Já Requião Filho se coloca como o futuro governador que irá revisar as privatizações com a “Defesa de auditoria no processo de privatização da Copel e manutenção da Sanepar e da Celepar sob o controle do Estado”. Ou seja, não defende a reestatização da Copel. Típico do trabalhismo rebaixado do PDT e do pseudo-reformismo do PT, que ilude os trabalhadores ao defender a auditoria para rever o modelo de privatização como se fosse revogá-la. O mesmo vale para a escola cívico-militar, implantada pelo Governador Ratinho Junior, pois o limite do candidato é defender a revisão e não a destruição desse modelo que reprime - ainda mais - a juventude proletária.

Por falar em repressão, é destacado nas propostas do candidato Requião, ampliar e melhorar a estrutura do aparelho repressivo do estado burguês paranaense. Afirma: “Priorizar investimentos voltados para soldados, cabos e agentes da Polícia Civil” é parte de nosso projeto de governo.

Ao contrário de Moro, que manifesta apoio ao candidato à presidência Flávio Bolsonaro, Requião Filho apoia a reeleição de Lula, inclusive adotando o assistencialismo ao defender os programas sociais aos miseráveis paranaenses.

No fundo, do ponto de vista do proletariado, não há diferença fundamental entre Moro e Requião Filho. O que há é a manutenção da propriedade privada capitalista, da exploração da força de trabalho, dos salários miseráveis de fome, da repressão policial sobre o proletariado e a classe média arruinada que vem se proletarizando. Seja um ou o outro eleito, o Estado do Paraná será administrado atendendo aos interesses da burguesia.

O Partido Operário Revolucionário - POR se coloca no polo oposto, seja da política abertamente antipopular e antioperária, ou do discurso demagógico anticorrupção de Moro, o mesmo em relação à privatização, mas também em relação à posição demagógica de rever as privatizações no Paraná e de recorrer ao assistencialismo de Estado de Requião Filho.

O POR defende a nível internacional o que se expressa em níveis nacional e estadual, a revolução social para a constituição do governo operário e camponês. O que implica, consideradas as particularidades do Paraná, a defesa do emprego, melhores salários, serviços públicos de saúde, educação, transporte etc., sob controle de quem usa e trabalha nesses serviços públicos. É com esse conteúdo que o POR chama para o voto nulo.

Campanha com a Carta do POR à classe operária, aos demais trabalhadores e à juventude oprimida no Paraná

Iniciou-se a campanha do POR em Londrina/PR com a divulgação da primeira Carta sobre as eleições durante a banca de vendas de matérias do partido realizada quinzenalmente na universidade. Nessa ocasião, foi distribuída a Carta aos estudantes e professores que circulam no campus e aos que paravam na banca para ver as nossas publicações e comprá-las.

Estudantes se interessaram pelo posicionamento defendido na carta e perguntavam a razão de não apoiarmos o candidato do PT, permitindo iniciar uma exposição mais ampla do nosso programa. Essa atividade também ajudou na venda de folhetos e jornais MASSAS, o que comprovou a importância da propaganda sistemática como uma via de penetração nos movimentos.



Rio Grande do Norte - PT tenta continuidade de seu governo burguês contra a aliança dos Alves e Maia

No RN, a governadora Fátima Bezerra (PT) procura emplacar o ex-Secretário da Fazenda, Cadu Xavier (PT), para a disputa ao governo do estado. Após o rompimento do vice-governador Walter Alves (MDB, oligarquia Alves), o PT perdeu seu principal elo com os latifundiários do interior do estado. Agora, com o pseudônimo "Cadu de Lula", o PT tenta articular uma aliança de prefeitos tendo como base a perspectiva da reeleição de Lula e o direcionamento de verbas federais para as cidades do interior.

O vice-governador Walter Alves, e seu partido o MDB, do qual é presidente estadual, passou a se colocar no campo da oposição e se coligou à candidatura de Alysson Bezerra (União Brasil), que recém renunciou como prefeito de Mossoró, segunda maior cidade do estado e um importante centro distante da capital. A candidatura de Allysson foi arquitetada por José Agripino (presidente estadual do União Brasil, e principal expoente da oligarquia Maia). Desse modo, a candidatura de Alysson Bezerra expressa a aliança eleitoral entre Alves e Maia.

Uma terceira candidatura é a do bolsonarista Álvaro Dias (PL). Ex-prefeito de Natal, Álvaro Dias foi sucedido pelo atual prefeito Paulinho Freire, seu aliado. Possui a maioria de votos na capital, e tenta formar sua base de apoio de prefeitos e opositores locais se colocando como uma alternativa, no campo da direita, à candidatura de Alysson Bezerra. Rosalba Rosado, ex-prefeita de Mossoró e ex-governadora, cujo rival é Alysson Bezerra, declarou apoio à Álvaro Dias.

O fundamental é perceber que a polarização entre lulismo e bolsonarismo tem ainda relativa expressão em cidades maiores, como Natal e Parnamirim. Quando se trata do interior do estado, prevalece as alianças oligárquicas como definidoras do resultado eleitoral. As duas últimas vitórias do PT no estado se deram por meio da subordinação à alianças oligárquicas, que lhe garantiram a maioria dos votos no interior.

Esse prognóstico se expressa nas pesquisas. A pesquisa Quast (24/08) mostra uma disputa acirrada no 1º turno: Allyson (União Brasil), 25%; Cadu (PT), 21%, Álvaro Dias (PL), 19% dos votos. No entanto, em um eventual 2º turno entre PT e União Brasil, os votos do bolsonarista Álvaro Dias (PL) tendem, de acordo com a pesquisa, a se distribuir entre os dois primeiros: Allyson (UNIÃO), 35%; Cadu (PT), 34%.

As massas seguem arrastadas pela polarização entre o lulismo e o bolsonarismo, e pelo peso político das oligarquias. O reformismo pequeno burguês (PSOL) e o centrismo (PSTU) comparecem como ultraminoritários. Está ausente uma candidatura revolucionária que expresse a estratégia do governo operário e camponês da ditadura proletária. O POR está impossibilitado de lançar candidaturas, em virtude das restrições da democracia burguesa. Comparece denunciando a farsa eleitoral e defendendo o voto nulo, pela construção do partido revolucionário e impulsionando a luta independente das massas pelas suas reivindicações.

Rondônia - Tudo indica que a ultradireita permanecerá no comando do estado

Em Rondônia, a disputa para governo nas eleições de outubro conta com seis candidatos. Expedito Neto/PT, Pedro Abib/MDB, Marcos Rogério/PL, Samuel Costa/PSB, Hildon Chaves/União Brasil e Adailton Fúria/PSD. As primeiras pesquisas de intenção de voto destacam Marcos Rogério/PL em primeiro lugar, com 28,2%, Adailton Fúria/PSD está em segundo lugar e os demais candidatos não aparecem nas pesquisas.

Expedito Neto é filho do ex-senador Expedito Júnior e pertence a uma família que há décadas se destaca na política de Rondônia. Em 2014, foi eleito a deputado federal pelo Solidariedade, mas, em 2016, o abandonou e foi para o PSD. Em janeiro deste ano, filiou-se ao PT. Em 2018 foi eleito como deputado estadual em Rondônia, mas em 2022 concorreu novamente para deputado estadual, porém, não foi eleito. Para governador do estado é a primeira vez que concorre às eleições. A candidatura de Expedito Neto (PT) se apoia na "Federação Brasil da Esperança", composta pelo PT, PCdoB e PV, bem como na "Federação PSOL-Rede". Seu vice é Dr. Luiz Teodoro (PSOL).

Pedro Abib é Advogado e professor universitário e construiu a maior parte de sua trajetória profissional no meio acadêmico. Atua na Faculdade Católica de Rondônia, onde passou pela vice coordenação e pela coordenação do curso de Direito antes de assumir funções de direção na instituição.

Marcos Rogério foi vereador em Ji-Paraná entre os anos de 2008 e 2009 pelo PDT. Em 2014, se elegeu a deputado federal também pelo PDT e em 2018 se tornou senador pelo DEM. Em 2022, concorreu ao governo de Rondônia pelo PL, mas perdeu para o governo atual, Marcos Rocha e, pela segunda vez, concorre às eleições de 2026.

Samuel Costa foi filiado ao PT do B, REDE, PSB e PC do B. Em 2020, se candidatou a prefeito de Porto Velho pelo PC do B.

Em 2022, concorreu a deputado federal pelo PC do B, mas em 2024 filiou ao REDE para concorrer nas eleições a prefeito de Porto Velho. Agora, recorreu ao PSB para se candidatar ao governo do estado.

Hildon Chaves foi eleito em 2016 para a prefeitura de Porto Velho pelo PSDB e reeleito em 2020 pelo mesmo partido. Agora é candidato pelo União Brasil.

Adailton Fúria, em 2008, disputou a eleição para vereador de Cacoal pelo PSDB, mas não se elegeu. Em 2012, foi eleito a vereador pelo PRB, em 2014 candidatou-se a deputado estadual pelo mesmo partido, mas não se elegeu. Em 2016, disputou a prefeitura de Cacoal, ficando em segundo lugar. Em 2018, se elegeu para deputado estadual pelo PSB e, em 2020, se elegeu como prefeito de Cacoal pelo PSD. No pleito seguinte, foi reeleito. Agora, entra na disputa para governo do estado no mesmo partido.

Essa descrição evidencia o quanto os partidos e as candidaturas não têm vínculos com as massas oprimidas e, portanto, com os grandes problemas do estado, cuja particularidade se manifesta na ausência da industrialização e na forte presença das relações agrárias, pecuárias e extrativistas. A expansão do agronegócio vem modificando a economia no sentido de aumentar a concentração de riqueza e poder da oligarquia regional, em detrimento da população trabalhadora, dos pequenos agricultores, dos ribeirinhos e dos sem-terra. Esses problemas fundamentais ficam ao largo das eleições. Os trabalhadores, a maioria explorada e as nacionalidades indígenas oprimidas estão à mercê da ampla opressão de classe.

A luta da vanguarda com consciência de classe no estado se volta a construção do Partido Operário Revolucionário (POR), que defenderá as reivindicações da massas, o programa de transformação e o método da luta de classes, que estarão na base da defesa do voto nulo.

O Manifesto abaixo fez parte da intervenção do POR no ato convocado pelas direções sindicais, no dia 28 de agosto, em São Paulo

Manifesto do Partido Operário Revolucionário

Para barrar as privatizações, é preciso organizar um levante das massas!

Que a direção das centrais, sindicatos e movimentos convoque um Dia Nacional de Luta, com paralisações e atos massivos de rua, contra as privatizações e a terceirização, vinculadas às reivindicações elementares dos explorados, em defesa dos empregos, salários e direitos!

Pela reestatização, sem indenização e sob o controle dos trabalhadores, de todas as empresas privatizadas! Em defesa da estabilidade no emprego para todos! Abaixo a precarização e o sucateamento dos serviços prestados à população!

27 de agosto de 2026

Tarcísio de Freitas e Ricardo Nunes, no governo estadual e na Prefeitura da capital respectivamente, têm realizado uma forte onda de privatizações em diversos setores. O governador do partido Republicanos entregou a EMAE e a Sabesp, linhas da CPTM, rodovias, serviços lotéricos e 33 novas escolas estaduais. Nunes/MDB privatizou cemitérios e o serviço funerário, e agora pretende entregar a gestão de três escolas municipais à iniciativa privada. O prefeito ainda deu prosseguimento e ampliou vários projetos de privatização herdados de Doria e Bruno Covas: Mercadão Municipal, Pacaembu, Anhembi, parques (entre eles o do Ibirapuera), Vale do Anhangabaú, Zona Azul, entre outros.

Essa onda entreguista, no entanto, começou antes. Em especial os governos estaduais do PSDB, de Mário Covas, Alckmin e Serra levaram a cabo vários projetos de privatização: os casos mais conhecidos foram o do Banespa, da Eletropaulo, da Comgás, da Fepasa e outros.

No âmbito federal, o governo atual de Lula contabiliza cerca de 50 leilões federais de rodovias, ferrovias, portos e aeroportos. Antes dele, Fernando Henrique Cardoso entregou a Companhia Vale do Rio Doce, Telebras/Embratel e a Rede Ferroviária Federal (RFFSA). Lula, nas gestões anteriores, privatizou as usinas de Santo Antônio, Jirau e Belo Monte, além de rodovias, linhas de transmissão e outras empresas. Dilma vendeu aeroportos, rodovias e o Campo de Libra, no pré-sal. Temer deu continuidade ao entreguismo, tendo iniciado o processo para privatizar a Eletrobras, concluído por Bolsonaro, sendo que esses dois últimos presidentes mencionados deram claramente um impulso poderoso à onda privatista.

Como se vê, tanto os governos de direita como os ditos de esquerda têm cedido à pressão realizada pelo capital financeiro para entregar as empresas estatais à burguesia. Do ponto de vista jurídico, têm utilizado os mecanismos da venda/leilões, concessões e PPPs (Parcerias Público-Privadas).

Na prática, todas essas modalidades significam passar ao controle privado empresas e serviços antes sob controle estatal. Nas mãos dos capitalistas, a função dessas empresas passa a ser unicamente dar lucro aos seus proprietários.

A justificativa usada pelos governos e pelos ideólogos da burguesia costuma ser sempre a mesma: melhoria na eficiência e qualidade dos serviços, otimização da gestão e desresponsabilização do Estado, o que supostamente liberaria mais recursos para aplicar em outras áreas. Pura falácia! O resultado para a população tem sido sempre o aumento de tarifas e cobranças, demissão e precarização das relações trabalhistas, e sucateamento dos serviços prestados. Sob controle privado, a regra passa a ser cortar ao máximo os custos para maximizar o ganho dos donos, não importando os reflexos negativos no atendimento.

O que tem sido comprovado pelas diversas notícias veiculadas recentemente pela mídia. Desde 2025, a Sabesp vem adotando redução noturna da pressão da rede, medida que, em determinadas áreas, tem provocado efetiva interrupção ou forte redução do abastecimento, além de ocorrerem cortes temporários decorrentes de obras e problemas operacionais.

Na semana do dia 20 de julho, a concessionária Trivia Trens passou a assumir as linhas de trem 11-Coral, 12-Safira e 13-Jade. Já nos primeiros dias de operação, diversas falhas ocorreram, gerando o caos nos transportes e concluindo em um incêndio em um trem com passageiros. Os usuários foram obrigados a andar pelos trilhos e até a passar por cima de pontes, em imagens que foram amplamente divulgadas nas redes sociais e na mídia burguesa.

Nessa mesma semana, o filho de senegaleses, Abdoulaye Dieng, uma criança de 1 ano e 4 meses, morreu sufocada em uma creche conveniada, após se prender entre uma barra de ferro e o espelho, tendo ficado cerca seis minutos tentando se soltar. Essa creche faz parte das privatizações de Ricardo

Nunes na educação infantil. Vale lembrar que, mesmo assim, o prefeito mantém sua proposta de entrega da gestão de novas escolas à iniciativa privada, projeto que se encontra temporariamente suspenso por uma liminar.

A privatização na educação municipal, no entanto, começou muitos anos antes. Marta Suplicy/PT deu um enorme impulso ao terceirizar o setor de merendas, além de ter um papel central na consolidação e expansão desse processo nos setores de limpeza e segurança das escolas. Serra, Kassab, Haddad, Doria, Covas e Nunes aprofundaram essa linha.

O mecanismo de ir fatiando e entregando setores, das chamadas atividades-meio, foi usado em várias empresas estatais, como no Metrô, na Saúde e outros casos. Como não houve uma expressiva resistência por parte dos sindicatos e movimentos, o processo foi se espalhando, até concluir em 2017 com a aprovação, em âmbito federal, da Lei da Terceirização – portanto durante a gestão Temer. Essa lei estendeu a possibilidade de terceirização das atividades-fim.

O resultado tem sido o pior possível: os trabalhadores terceirizados são mais explorados, recebem menos e têm menos direitos – aspecto facilitado pela aprovação da contrarreforma trabalhista, também em 2017. A rotatividade nessas empresas é muito alta, o autoritarismo das suas gestões é brutal, com cobranças de metas absurdas e uma ameaça constante de demissão. O índice de sindicalização é baixo e os trabalhadores ficam fragmentados em várias entidades representativas. Está aí a tal “eficiência” tão propagada pela burguesia!

Os trabalhadores até têm realizado uma resistência por meio dos sindicatos, mas muito aquém da necessidade. Isso porque as direções sindicais têm permanecido no imobilismo, limitando-se às denúncias, aos recursos judiciais e apelos inócuos no Parlamento.

Um caso sintomático é o da recente greve realizada pelo movimento sindical dos ferroviários em São Paulo. Os dois dias de paralisação foram importantes, mas tiveram sua força contida pela política da direção do sindicato, a qual, apesar de se pronunciar formalmente contra a privatização, deu-se por satisfeita com a promessa feita por Tarcísio de Freitas de absorver os funcionários concursados. Essa exigência, muito simples de ser cumprida pelo Estado, acabou servindo de moeda de troca e, na realidade, deixou as portas abertas para a continuidade da privatização.

Outro exemplo de resistência sufocada pelas direções sindicais está na educação municipal. A direção do

SINPEEM, que é o principal sindicato da categoria, limitou-se a publicar notas críticas à privatização, comemorando que as privatizações de Ricardo Nunes foram suspensas liminarmente pela Justiça. Essa linha tem impedido que a insatisfação e a revolta dos educadores se transformem em ação coletiva.

A própria convocação do ato do dia 28/8 foi resultado de uma articulação em torno à “Frente em Defesa da Educação, dos Serviços Públicos e Contra as Privatizações e Terceirizações”. O chamado tímido e tardio sequer apontou a paralisação das escolas. Como a base dos trabalhadores pode participar de uma manifestação se estão trabalhando em suas unidades? Fica evidente o caráter formal, “pra inglês ver”, da convocação.

Na verdade, as direções só têm se movimentado devido à pressão exercida pela gravidade dos ataques dos governos e da burguesia, procurando controlar e limitar a resposta, principalmente tentando canalizar a revolta instintiva para o campo do eleitoralismo. Em São Paulo, o ato do dia 28 tem sido conduzido como mera ferramenta de desgaste eleitoral de Tarcísio, ou seja, como parte da campanha em defesa da candidatura de Haddad/PT.

Prova disso é que se negam a mencionar as privatizações realizadas pelos governos petistas e aliados Brasil afora, e se negam a denunciar o papel do BNDES, controlado por Lula, nas privatizações de Tarcísio e Nunes. Essa seletividade comprova que o verdadeiro objetivo das direções sindicais, em grande parte ligadas ao petismo, não é realizar uma ampla ação de combate às terceirizações e privatizações.

O POR denuncia a demagogia e a hipocrisia das direções sindicais. O partido tem defendido que para barrar o entreguismo e a precarização é preciso um verdadeiro levante das massas. A luta contra as privatizações deve se dar com a bandeira da reestatização, sob o controle dos trabalhadores e usuários, com a efetivação de todos os funcionários, com estabilidade no emprego.

É necessário constituir a mais ampla unidade no campo da independência de classe dos trabalhadores e da juventude oprimida, erguendo os comitês e convocando as assembleias de base, tomando como ponto de partida as reivindicações básicas dos explorados. O POR defende que as centrais, sindicatos, movimentos sociais e entidades estudantis convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e atos de rua. Somente com o método da ação direta, ou seja, com as passeatas massivas, greves, ocupações etc., será possível derrotar a poderosa onda privatista dos governos.

PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL



R\$35

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR DE MASSAS



NOSSA CLASSE

Pela organização independente dos trabalhadores!
Sob o programa da revolução proletária!

Boletim Sindical do Partido Operário Revolucionário

Ano XXII -

Agosto-Setembro/2026

nossa.classe@hotmail.com

pormassas.org | @massas.por



Intervenção do POR contra a escala 2x2 na PepsiCo Itaquera

Apesar das manobras da multinacional e da burocracia do sindicato, os trabalhadores rejeitam a proposta

Enquanto a burocracia sindical ligada à CUT, Força Sindical e demais centrais fala que é a favor do fim da escala 6x1 e da redução da jornada de trabalho, na prática canaliza a revolta dos operários para as eleições burguesas e para a pressão parlamentar e não realiza assembleias nas fábricas, objetivando organizar a luta por meio da greve, da ação direta para defender a redução da jornada de trabalho e o fim da escala 6x1.

A PepsiCo, multinacional do ramo de alimentação, com apoio da direção do sindicato da alimentação de São Paulo, STILASP, tentou empurrar goela abaixo dos trabalhadores a escala 2x2, com dois dias de trabalho de 12 horas de jornada e dois dias de folga. Se a proposta fosse aprovada, a multinacional iria conseguir seu objetivo de manter a fábrica produzindo 24 horas por dia, 7 dias por semana, sem pagar horas extras e sem as folgas, que era obrigada a conceder quando convocava para trabalhar aos domingos.

A burocracia sindical defendeu a proposta da empresa e fez tudo para aprová-la, chegando a realizar a votação em urnas para impedir o debate coletivo e a expressão das posições divergentes em uma assembleia decorativa. Mesmo com todas as manobras da burocracia sindical e a pressão da empresa sobre os operários, a proposta foi rejeitada.

O POR, através do Boletim Nossa Classe, interveio chamando os operários a rejeitarem a proposta 2x2 da patronal, que significa maior exploração, e a exigir que a direção do sindicato e as centrais convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisação da produção e manifestações de rua, como preparação da greve geral em defesa da redução da jornada de trabalho, sem redução salarial, e da escala móvel das horas de trabalho, vinculando a luta pelo fim da escala 6x1 à luta por um salário mínimo vital, suficiente para manter a família trabalhadora.

Publicamos o Boletim Nossa Classe distribuído na fábrica aos operários.

Política Operária

Rejeitar a escala 2x2 de 12h por dia e lutar pela redução da jornada de trabalho, sem redução salarial, e pelo fim da escala 6x1

Nossa luta deve ser para reduzir a jornada e não para aumentar!

A direção do sindicato da alimentação de São Paulo, STILASP, realizou assembleia no dia 3 de agosto e apresentou aos trabalhadores uma proposta de escala de trabalho para substituir a atual

escala 6x1. A proposta de escala apresentada pela PepsiCo é a de 2x2, sendo dois dias de trabalho com jornada de 12 horas e dois dias de folga. Atualmente, os trabalhadores trabalham 7h20 por dia, de segunda a sábado, e folgam o domingo. Se a empresa chamar para trabalhar aos domingos, ela deve pagar hora extra e os trabalhadores têm um dia de folga.

Com a greve de 2024, os trabalhadores conseguiram folgar um fim de semana.

Em novembro de 2024, os trabalhadores, demonstrando grande disposição de luta, aprovaram a greve e, depois de uma semana, conseguiram impedir a tentativa da PepsiCo de impor a escala 6x2. Com a greve, além de impedir a implantação da escala 6x2, os trabalhadores conseguiram folgar um sábado e um domingo no mês. Dessa vez, a PepsiCo quer implantar a escala 2x2, com jornada de 12 horas por dia. Se trabalhando 7h20 por dia já é cansativo, imaginem trabalhando 12 horas por dia.

A direção do sindicato, mostrando que está ao lado da empresa, realizou assembleia na fábrica e defendeu a proposta dizendo que era boa. A gerência e a chefia da PepsiCo, por sua vez, estão fazendo reuniões internas e enviando mensagens aos trabalhadores dizendo que a proposta é boa e pressionando para que a aceitem. A gerência e a chefia da PepsiCo e os diretores sindicais dizem que a proposta é boa porque eles não irão trabalhar 12h por dia, nem aos sábados, domingos e feriados.

Se a nova escala for aprovada, a PepsiCo irá alcançar seu objetivo, que é o de manter a fábrica produzindo 24 horas por dia, todos os dias da semana, tirando o couro dos trabalhadores na linha de produção, sem pagar horas extras (apenas nos feriados) e sem dar as folgas que antes existiam. Imaginem a redução de custos que a fábrica vai conseguir se implantar a nova escala. Os trabalhadores, por sua vez, irão trabalhar 12 horas, das 6h00 às 18h00. Somando duas ou três horas de trajeto, ida e volta, serão 15 horas. Os trabalhadores chegarão em casa apenas para dormir e voltar ao trabalho. Uma companheira mãe solo denunciou ao Nossa Classe: "com quem irei deixar meus filhos quando eu trabalhar sábado e domingo?".

Nada de votação por urna. A votação deve ser realizada em assembleia geral e democrática com os trabalhadores de todos os turnos, levantando a mão quem é a favor e aqueles que são contra. Existem comentários de que a fábrica quer fazer a votação da proposta através de urnas. Os trabalhadores devem rejeitar esse método de votação e exigir que a direção do sindicato realize assembleia geral e democrática, com direito de fala aos trabalhadores que são contra a proposta.

O que fazer para impedir a implantação da nova escala 2x2?

Rejeitar a proposta, assim como foi feito em 2024, é o primeiro passo que os trabalhadores devem dar para impedir a nova escala. A direção do sindicato, ao defender a nova escala, deixou claro que está do lado da empresa e não dos trabalhadores. Por isso, é importante que os trabalhadores, ao rejeitarem a proposta, elejam

uma nova comissão de fábrica de luta e independente, eleita pelos próprios operários, para organizar a luta em defesa das reivindicações e contra qualquer ataque ou perseguição da empresa aos trabalhadores. Com a comissão de fábrica eleita, os trabalhadores devem exigir que a direção do sindicato organize a luta pelo fim da escala 6x1 e pela redução da jornada de trabalho, sem redução salarial. A luta pela redução da jornada de trabalho e o fim da escala 6x1 na PepsiCo é parte da luta nacional da classe operária.

O Boletim Nossa Classe chama os operários da PepsiCo e demais trabalhadores a exigirem que os sindicatos e centrais convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e manifestações

de rua, como preparação da greve geral, para defender o programa próprio de reivindicações da classe operária, vinculando a luta pelo fim da escala 6x1 à luta por um salário mínimo vital, suficiente para manter a família trabalhadora. Segundo cálculos do Dieese de julho de 2026, o salário mínimo para manter uma família de quatro pessoas deveria ser de R\$ 7.681,50, quatro vezes mais que o salário mínimo miserável de R\$ 1.621,00 decretado pelo governo. É necessário unificar a luta de empregados e desempregados em defesa da escala móvel das horas de trabalho (divisão das horas necessárias para produzir entre todos os trabalhadores aptos ao trabalho), sem redução salarial.

Nossa Classe Setembro - Política Operária

Nenhuma ilusão nas eleições, nos governos burgueses e no parlamento burguês!

Acreditar apenas no método próprio de luta da classe operária, que é a greve, a ação direta e coletiva, para defender os empregos, salários e direitos. No dia 4 de outubro, VOTE NULO! Porém, não basta votar nulo
Devemos nos organizar em cada fábrica e local de trabalho para construir as comissões de fábrica de luta, classistas e revolucionárias, para expulsar a burocracia sindical traidora e resgatar os sindicatos para a luta em defesa das reivindicações da classe operária

A tarefa colocada à maioria explorada é a de construir nosso próprio partido, operário revolucionário, que liga a luta em defesa do programa próprio de reivindicações, por meio da greve e da ação direta, ao objetivo estratégico de destruir o Estado burguês, derrubar a burguesia e expropriar a propriedade privada dos meios de produção. Esse é o conteúdo e o objetivo histórico da revolução social e da constituição de um governo operário e camponês, expressão da ditadura do proletariado contra a dominação burguesa.

O voto nulo diante dessas eleições é a única forma de defender a independência política do proletariado (maioria explorada) e rejeitar as promessas mentirosas dos candidatos e partidos da burguesia, sejam de direita, ultradireita, ou dos ditos partidos de esquerda, que de socialistas não têm nada.

No dia 4 de outubro, ocorrerão as eleições. A eleição é a forma pela qual as frações da burguesia irão definir qual partido, qual candidato irá administrar o Estado burguês e manter a exploração da classe operária e demais explorados. A burguesia já definiu quais são os candidatos que devem vencer as eleições.

Segundo as pesquisas eleitorais, Lula terá como principal concorrente Flávio Bolsonaro. O PL de Flávio Bolsonaro, assim como o PSD, MDB, PP, Republicanos, União Brasil etc., são partidos tradicionais da direita e ultradireita burguesas, que representam os interesses de famílias oligárquicas que governam os estados e municípios por todo o país desde a colonização.

No Maranhão, por exemplo, José Sarney, ex-presidente da República, é representante da oligarquia latifundiária no estado. Na Bahia, a oligarquia latifundiária é representada pelo ex-senador Antônio Carlos Magalhães. No Piauí, a oligarquia é representada pelos ex-governadores Freitas Neto e Hugo Napoleão. No Ceará, Tasso Jereissati e Ciro Gomes representam a oligarquia local. Em São Paulo, Geraldo Alckmin, Paulo Maluf, Gilberto Kassab e Tar-

císio de Freitas representam os interesses da oligarquia industrial, financeira e do agronegócio.

O PT, que surgiu do movimento operário e foi criado por Lula e outros dirigentes sindicais em 1980, logo se adaptou à democracia burguesa, se corrompeu e se oligarquizou, fazendo alianças com os partidos do centrão que representam a oligarquia industrial e do agro em todo o país. Ao se submeter ao domínio oligárquico, o PT/Lula passou a defender os interesses da burguesia nacional, das multinacionais e do capital financeiro. Isso explica por que o governo Lula mantém o pagamento da dívida pública – no último ano pagou R\$ 1,3 trilhão apenas de juros –, a privatização da Eletrobrás e a manutenção das contrarreformas previdenciária e trabalhista e da lei da terceirização, feitas por Temer e Bolsonaro, que retiram direitos dos trabalhadores.

Algumas razões pelas quais o Partido Operário Revolucionário-POR chama a votar NULO

A primeira é porque o POR ainda não tem força política para impor, por meio da ação direta de massas, a sua legalização perante a justiça eleitoral burguesa, que não aceita o registro de um partido que defende no seu programa a destruição do Estado burguês por meio de uma revolução social.

A segunda, porque não existe nenhum partido revolucionário na disputa eleitoral. Todos os partidos e candidatos da burguesia e os partidos de esquerda que se dizem "socialistas" se propõem a administrar o Estado burguês.

A terceira razão para votar NULO: ganhe quem ganhar as eleições, os salários dos trabalhadores em todos os setores da economia continuarão uma miséria, insuficientes para manter nossas famílias. O governo Lula, com apoio dos partidos burgueses no Congresso, já anunciou que o valor do salário mínimo para 2027 passará de R\$ 1.621,00 para R\$ 1.741,00. Um aumento de apenas R\$ 120,00, que condena milhões de trabalhadores à fome e à miséria.

A quarta razão para VOTAR NULO: ganhe quem ganhar as eleições, milhões de trabalhadores continuarão desempregados. Segundo dados do IBGE, existem 103 milhões de trabalhadores aptos ao trabalho no país. Destes, somente 39,6% têm carteira assinada e quase 40% dos trabalhadores não têm registro em carteira, trabalham como autônomos, motoristas de aplicativos, diaristas, domésticas, sem nenhum direito trabalhista. O governo faz propaganda eleitoral dizendo que existem apenas 5,6% de desempregados no país. Na verdade, os quase 40 milhões de trabalhadores que estão na informalidade, sem registro em carteira, são desempregados, que em sua maioria perderam os empregos com a desindustrialização e o fechamento de fábricas.

Fábricas como a Volkswagen, que tinha 40 mil operários na década de 80, atualmente têm apenas 6 mil operários efetivos. Milhares de fábricas fecharam nos últimos anos no país. A Ford fechou quatro fábricas no Brasil em 2019, demitindo milhares de trabalhadores. Com a ajuda da direção sindical traidora dos metalúrgicos do ABC/CUT, dos Metalúrgicos de São Caetano/Força Sindical e de São José dos Campos/Conlutas, as montadoras e demais empresas do setor, ano a ano, estão conseguindo demitir em massa, terceirizar e reduzir salários e direitos. Enquanto as fábricas estão fechando e demitindo os operários, a burocracia sindical da CUT e a quase totalidade das centrais ocultam essa dura realidade que sacrifica os trabalhadores para defender o voto em Lula. Enganam os operários dizendo que o governo Lula irá reindustrializar o país.

Está claro que nem o governo Lula nem outro governo burguês que ganhe as eleições poderá parar a desindustrialização. O desenvolvimento da indústria não será possível votando neste ou naquele candidato nas eleições. Somente com a expropriação e a estatização das fábricas, das terras, dos bancos e do grande comércio, sem indenização e sob o controle operário coletivo, será possível desenvolver a indústria e demais setores da economia. Essa transformação se dará com a revolução social. Qualquer conquista em favor dos explorados virá por meio da greve e da ação direta das massas, o que implica varrer a burocracia traidora dos sindicatos e reorganizar a luta operária em todo o país a partir dos locais de trabalho.

A quinta razão para VOTAR NULO: seja qual for o partido da burguesia que ganhe as eleições, o Brasil continuará uma semicolônia do imperialismo. As frações da burguesia nacional e seus partidos de direita e ultradireita são abertamente entreguistas, subordinados ao imperialismo e defensores da propriedade privada, por isso são incapazes de defender a soberania e a independência do país. Para fazer frente à guerra comercial com a China, os Estados Unidos querem submeter totalmente o Brasil e a América Latina aos seus interesses.

As tarifas de 37,5% aplicadas a vários produtos brasileiros por

Trump têm esse objetivo. Flávio Bolsonaro, que representa os interesses da fração burguesa ultradireitista, declarou abertamente seu servilismo aos Estados Unidos. Lula, que em palavras diz defender a soberania nacional, na prática conclui impotente, ao não responder ao imperialismo com medidas de real defesa nacional e de ataque ao capital multinacional, que sangra a economia do Brasil. São as empresas multinacionais que exploram e controlam os preços dos alimentos e a exploração dos recursos naturais.

O fato é que as eleições não decidirão sobre a soberania da semicolônia brasileira. A soberania do Brasil é parte da soberania da América Latina diante do domínio imperialista dos Estados Unidos. A invasão militar da Venezuela pelos EUA, o sequestro de seu presidente, o controle de seu Estado e a posse das riquezas petrolíferas foram assistidos pelos países latino-americanos de forma passiva. Cuba está sendo dilacerada economicamente pelo cerco norte-americano.

O governo Lula não foi capaz de esboçar qualquer defesa da Venezuela e de Cuba, porque está submetido à burguesia brasileira, que historicamente foi e continua sendo servil dos Estados Unidos. Os bolsonaristas e aliados partidários da ultradireita fizeram parte das forças reacionárias latino-americanas que apoiaram a ação militar de Trump. A única força social, a única classe capaz de levantar o programa da independência nacional é o proletariado. A independência e a soberania nacionais serão alcançadas por meio da revolução social, que levará a classe operária e a maioria oprimida ao poder do Estado.

A tarefa da vanguarda com consciência de classe é a de defender e lutar pela constituição da frente única anti-imperialista sob a direção da classe operária. Uma frente única anti-imperialista que erga as reivindicações da maioria explorada e abra caminho para a revolução social. É com esse programa que o Boletim Nossa Classe do Partido Operário Revolucionário (POR) chama a classe operária e os demais trabalhadores a não confiarem nas eleições e a confiarem somente em suas próprias forças coletivas.

O Boletim Nossa Classe do POR chama a classe operária a rechaçar a farsa das eleições e a exigir que os sindicatos e centrais convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisação da produção e manifestações de rua, como preparação da greve geral para impor aos patrões e ao governo um salário mínimo vital, que seja suficiente para manter a família trabalhadora. Segundo o Dieese, o salário mínimo para manter uma família de quatro pessoas deveria ser de R\$ 7.811,00. Impor aos patrões a redução da jornada sem reduzir os salários, o fim da terceirização e da informalidade e a revogação das contrarreformas de Temer e Bolsonaro. É com essa defesa da vida dos explorados contra a burguesia exploradora que o POR e o Boletim Nossa Classe chamam os oprimidos a rejeitarem as mentiras eleitorais e a votarem nulo.

Nota do Boletim Nossa Classe

A manobra da Braskem

No dia 24 de agosto, a Braskem anunciou um pedido de recuperação extrajudicial e foi a notícia principal dos jornais burgueses, todos com uma explicação do porquê. Uma das razões apresentadas foi o crime ambiental em Maceió. Mas não deixaram de apresentar os lucros líquidos obtidos em 2025 e no segundo trimestre de 2026. Então a imprensa burguesa nacional, espantada, apresentou outras empresas que pediram recuperação judicial, a exemplo da CNN, entre outras de uma lista. Porém, a crise da Braskem, segundo a imprensa, resulta do excesso de oferta petroquímica global e do alto endividamento em dólares. Mostra também que a Braskem não está pedindo recuperação judicial porque tenha deixado de produzir riquezas (são os operários, na verdade, que produzem, chegando a "dobrar turno", a trabalhar 16 horas

seguidas). Pretende-se que a Petrobras, como acionista mais importante, assuma a dívida.

Os maiores credores da Braskem são os fundos financeiros norte-americanos. Compram títulos das dívidas das empresas e cobram altos juros. Esses fundos estão cobrando que a Braskem pague o que deve, já que ela apresentou lucros líquidos significativos, e os Estados Unidos estão envolvidos em uma guerra comercial com a China pelo controle de matérias-primas na América Latina e envolvidos na guerra contra o Irã pelo controle do petróleo. A recuperação extrajudicial, fenômeno legal da indústria quando endividada, é um jogo. Há interesse do capital imperialista em se apossar da Braskem, que é a maior empresa produtora de resina do mundo e está sob o controle do capital nacional e, em especial,

da Petrobras, que ainda tem maior capital estatal. Não é à toa que os maiores bancos dos Estados Unidos compraram os títulos das dívidas da Braskem e agora, frente à sua crise econômica, exigem que a Petrobras injete dinheiro novo ou que os ativos operacionais da Braskem sejam integralmente dados como garantia real no plano de negociação.

No jornal Massas 768, do início do mês de agosto, apontamos, desde as imposições das tarifas de Trump, que a arremetida dos Estados Unidos contra o Brasil era esperada. Isto vale também para avançar com suas garras nas matérias-primas. Os bancos nacionais, como o Banco do Brasil, o Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), o Bradesco e o Itaú Unibanco, também são credores da Braskem, porém são, como parte da burguesia nacional, incapazes de se sobrepor aos grandes financistas dos Estados Unidos, que querem dar a palavra final.

Bancários — Campanha Salarial Unificada

A campanha salarial dos bancários em 2026 começou muito antes da entrega formal da pauta: nasceu nos encontros de funcionários, nas consultas à base e no debate, conduzidos e orientados pelas direções sindicais, que resultaram na pauta apresentada à Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) no dia 24/06. Dessa construção saíram as principais reivindicações da campanha da categoria: 5% de aumento real nos salários e nas demais verbas (PLR, VA e VR); fim das metas abusivas; manutenção do formato atual da PLR (percentual do salário mais parcela fixa e adicional); preservação dos direitos já conquistados; manutenção da mesa única e da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) para toda a categoria; defesa do emprego bancário e dos bancos públicos; e uma distribuição mais justa dos ganhos advindos da tecnologia, com o fim do monitoramento excessivo no teletrabalho e a preservação da privacidade dos bancários.

Enquanto a categoria exige 5% de aumento real e a defesa de direitos, a primeira proposta da Fenaban foi de 2,06% de reajuste, o que significa uma perda real de 1,99% nos salários. Além disso, buscam a retirada da multa em caso de descumprimento da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), um claro ataque à categoria, que busca tirar a validade da CCT. De outro lado, os balanços mostram que Bradesco, Itaú e Santander somaram lucros bilionários no início de 2026 (estimativa combinada em torno de R\$ 45,4 bilhões no 1º semestre), ao passo que, no mesmo período, eliminaram milhares de empregos e fecharam centenas de agências — números apurados por sindicatos e pela imprensa apontam cortes conjuntos de mais de 14 mil postos de trabalho e o fechamento de cerca de 837 agências entre esses três bancos. O Bradesco teve lucro líquido recorrente próximo a R\$ 13,86 bilhões no 1º semestre, com o fechamento de cerca de 324 agências; o Itaú registrou lucros na casa dos R\$ 12–12,5 bilhões e demitiu milhares; o Santander também reduziu rede e quadro de pessoal. Mesmo o Banco do Brasil, apesar da retração do lucro no início do ano, promoveu redução de postos e fechamento de unidades. Em nível nacional, pesquisas e levantamentos indicam queda significativa da rede física na última década, reforçando a urgência de defender emprego, atendimento e bancos públicos.

Enquanto os bancos anunciam lucros bilionários e reduzem rede e quadro de pessoal, os clientes sofrem as consequências: juros e tarifas que pesam no orçamento, atendimento piorado e menor acesso a serviços presenciais. O fechamento de agências afeta principalmente a população nas áreas rurais e em municípios menores, obriga idosos e pessoas com menos familiaridade digital a se deslocarem longas distâncias ou a arcarem com custos para operações básicas. A concentração do atendimento em canais digitais também facilita a oferta de produtos financeiros de maior

A classe operária "pressente os ataques", sabe que os patrões colocaram nas costas de todos os trabalhadores as dívidas pagas aos bancos norte-americanos, sabe também que o ataque à economia nacional trará demissões, mais fome e miséria. É neste sentido que a classe operária deve exigir a reestatização da Braskem sem indenização, que todo o capital seja imediatamente estatizado e colocado sob o controle operário. A classe operária deve exigir das direções sindicais a imediata convocação das assembleias gerais para discutir os passos que se devem tomar diante das pressões do imperialismo. Exigir das centrais sindicais que convoquem um Dia Nacional de Luta e que constituam imediatamente uma Frente Única Anti-imperialista.

custo. Defender empregos e bancos públicos é, portanto, também defender o direito da população a serviços bancários acessíveis.

O papel das direções

Diante desse quadro nacional, a disposição de luta da categoria demonstrada na paralisação do dia 20/08 reforça a importância da organização democrática nas bases. As direções não convocaram uma assembleia após a apresentação da primeira proposta da Fenaban, que foi rejeitada pelo comando nacional dos bancários; marcaram apenas uma plenária para o dia 26/08. Isso quando a categoria está pressionada pela ultratividade, ou seja, quando, a partir de 1º de setembro, as cláusulas da Convenção Coletiva deixarão de vigorar até que um novo acordo seja assinado. São os bancários, reunidos em assembleias, que devem definir os índices e os rumos da campanha, e não acordos fechados por burocracias alheias aos interesses dos trabalhadores.

É preciso construir e fortalecer uma frente de luta dentro dos sindicatos, capaz de enfrentar a burocracia sindical e as ofensivas patronais. Somente com um comando democrático, apoiado nas decisões coletivas das assembleias, é que será possível pressionar os bancos e conquistar as reivindicações. É preciso dizer que a pauta apresentada já é rebaixada diante das perdas acumuladas pela categoria e, ainda assim, os banqueiros se recusam a atender às reivindicações e apresentam propostas de perdas salariais. Reivindicar 5% de aumento real e a proteção de direitos conquistados com a luta é reivindicar compensação mínima; que os empregadores se recusem a negociar revela que a disputa não é por diálogo, mas por força. A resposta tem de ser unidade e mobilização.

Diante da proposta rebaixada da Fenaban, que ataca direitos, é preciso convocar as assembleias para organizar a greve nacional da categoria, como forma de combater em defesa das reivindicações e planejar as ações em nível nacional.

Defender o sistema público

Mesmo sob o governo nacional reformista de Lula, que se diz aliado dos trabalhadores, as negociações nos bancos públicos seguem travadas. Há demandas históricas jamais atendidas, como o cumprimento efetivo de planos de cargos e salários (PFG na Caixa; Plano de Cargos no Banco do Brasil), reposição de quadros e contratações para garantir atendimento e reduzir sobrecarga; combate às metas abusivas que adoecem trabalhadores; e solução para a crise de custeio dos planos de saúde (Cassi no BB e Saúde Caixa na CEF). Se olharmos para a recente greve dos servidores das universidades federais (FASUBRA), de 142 dias, pelo cumprimento do

acordo de fim da greve anterior, já sob o governo Lula, veremos que se trata de um governo que defende os interesses da burguesia; além de ser uma lição sobre o perigo da proposta da Fenaban de retirada da multa em caso de descumprimento da CCT. Isso mostra que a defesa dos bancos públicos não pode ficar apenas em palavras e na mão de um governo burguês: é preciso pressão organizada para que os bancos públicos sejam subordinados ao interesse social e aos direitos dos trabalhadores, e não aos interesses do capital financeiro.

Agora vemos que os planos de saúde Cassi e Saúde Caixa estão em risco e os bancos querem jogar a "crise de custeio" sobre os trabalhadores. Isso é parte do funcionamento da valorização do capital: a privatização do serviço público. Nesse caso, começa com o financiamento pelas empresas públicas e agora caminha para repassar os custos aos trabalhadores. Isso mostra a importância da defesa dos serviços públicos e que é preciso uma luta geral e unificada, sob a direção da classe operária, em defesa da saúde pública, em contraposição ao lucro capitalista na saúde privada.

Soberania nacional e estatização: resposta às investidas imperialistas

As recentes investidas imperialistas dos Estados Unidos contra países da região e contra o Brasil mostram a necessidade da defesa da soberania nacional para além de recurso retórico e eleitoral. A estatização do sistema financeiro é medida estratégica para defender a soberania, colocando o controle do crédito e das redes de pagamentos. Mas isso deve ser parte de uma luta mais geral contra o Estado burguês e em defesa de um governo operário e camponês, como expressão da ditadura do proletariado, pois só assim será possível combater verdadeiramente a dependência de centros financeiros estrangeiros e o saque da riqueza nacional e direcionar recursos ao desenvolvimento produtivo nacional, atendendo às necessidades das massas oprimidas. A tarefa de expropriar os grandes bancos e romper com a exploração capitalista somente poderá ser cumprida de fato pelos trabalhadores organizados sob a direção da classe operária, não por governos reformistas que se dizem defensores da soberania e se aliam ao grande capital financeiro.

Ceará

Estudantes realizam catração no RU da UFC



Estudantes de vários cursos, CAs, como os de Pedagogia e Letras, e correntes políticas realizaram um catração no RU do Benfica no dia 20 de agosto. A atividade foi convocada pelo DCE da UFC. A movimentação teve como eixo a plataforma-manifesto apresentada pelo DCE, com nove pontos, sendo os principais: RU gerido pela universidade, fim das terceirizações e efetivação dos trabalhadores do restaurante. A plataforma também

aborda reivindicações estruturais, como reforma das salas, fim do arcabouço fiscal e a destinação de 10% do PIB para a educação.

A Corrente Proletária Estudantil (CPE) esteve presente no ato e

interveio com o jornal Massas. Destacamos a importância do chamado do DCE para a luta, assim como a boa adesão dos estudantes. Muitas das reivindicações da plataforma são justas e servem de base para a mobilização, embora o DCE tenha errado em não convocar assembleia geral para que a base discente pudesse discutir os problemas das universidades e aprovar suas reivindicações e o método de luta. A plataforma deixa de lado importantes reivindicações, como: RU sob o controle da comunidade universitária, reforma dos banheiros, iluminação dos campi, salas de estudo na biblioteca, bolsas estudantis a todos os que as reivindicarem, com valor aprovado em assembleia estudantil etc., e especialmente a reivindicação de fim do reitorado e governo universitário tripartite (estudantes, funcionários e professores).

A CPE estará presente e organizando todas as manifestações em que os estudantes lutem por condições de ensino e permanência, denuncia os ataques dos governos às universidades e reivindica do DCE a convocação de assembleia geral da categoria para impulsionar e planificar as lutas na UFC.

Ceará

Professores realizam ato da SEDUC questionando edital do concurso

A publicação do edital do concurso para professores da rede estadual pelo governo do estado, no dia 14/08, provocou indignação na categoria pelo limitado número de vagas. O governo ofertou 2 mil para convocação imediata e mil para o cadastro de reserva, num momento em que passa de 11 mil o número de professores temporários na rede. O edital deixa claro o compromisso do governo burguês de Elmano/PT em perpetuar e ampliar a precarização das condições de trabalho que já se arrasta por décadas.

Enquanto nas escolas o edital era recebido com ceticismo, a direção da Apeoc festejava o anúncio das 3 mil vagas como uma grande vitória da categoria e de suas negociações. Foi nesse contexto que a Corrente Proletária na Educação/POR tomou a iniciativa de convocar uma reunião aberta a todos os ativistas, forças políticas e professores de base para discutir o edital, aprovar uma posição coletiva e construir um ato unificado na Seduc.

Na reunião, a bandeira reivindicada pela categoria foi a de combater a precarização com a ampliação das vagas. Ficou decidida a construção de uma pauta de reivindicações a ser entregue na Seduc, contendo a ampliação do número de vagas do concurso, a consideração da experiência docente como critério na prova de títulos e a renovação dos contratos dos professores temporários (nenhuma demissão de professores) etc.

O ato ocorreu em 20 de agosto e contou com efetivos, temporários e estudantes universitários. Os manifestantes entraram na Seduc e foram recebidos por um representante do governo. A conversa permitiu apresentar diretamente à secretaria as reivindicações levantadas pelos trabalhadores e estudantes, mas não pôde ir além, dada a correlação de forças.

A Corrente Proletária na Educação/POR avalia como impor-

tante a iniciativa de construir uma mobilização, ainda que pequena, da categoria, visando ao atendimento de suas reivindicações. É importante a pressão sobre a burocracia do sindicato para que convoque uma assembleia e aprove o caminho da defesa da efetivação de todos os professores que estão na rede. A denúncia da precarização do trabalho docente é importante, mas não resolve o problema da desigualdade salarial e dos direitos, assim como o do

amplo desemprego que atinge a categoria. É preciso que os professores assumam a bandeira da efetivação dos temporários e da redução da jornada de trabalho para que haja emprego para todos. A destruição do ensino é parte da crise mais ampla do sistema capitalista e, por isso, a luta imediata por melhores condições de trabalho, por emprego e salários deve estar articulada à luta por um governo próprio dos oprimidos, o governo operário-camponês.

São Paulo

O 6º Congresso da macrorregião de Guarulhos da Afuse, inteiramente voltado ao eleitoralismo

O Congresso Regional da AFUSE (Sindicato dos Funcionários e Servidores da Educação do Estado de São Paulo) foi realizado no dia 14 de agosto na cidade de Guarulhos. Foi o 6º Congresso Regional, denominado como macrorregião de Guarulhos, envolvendo as subsedes de Franco da Rocha, Guarulhos, Tucuruvi e Santana, com delegados da ativa e aposentados.

Como a direção da Afuse organizou um Congresso sobre a base de palestras, os delegados não puderam discutir os profundos ataques desfechados pelo governador Tarcísio, bem como a reforma administrativa do governo federal. Sem uma discussão, o Congresso se tornou letra morta para a organização da resistência por parte dos funcionários. Ao contrário, o Congresso acabou sendo um espaço para as propagandas eleitorais dos candidatos do PT e aliados, em particular de Lula. O sindicato, assim, se colocou no terreno das disputas eleitorais, portanto, oposto à independência política e organizativa dos explorados diante dos partidos burgueses.

Não faltaram discursos elogiosos ao governo Lula, com o presidente que defende a soberania do país, referindo-se aos tarifaços de Trump. E não faltaram apelos para que os delegados se engajassem na campanha do PT e aliados, sempre com o palavreado de que os trabalhadores devem votar certo.

Para agravar a situação, caminhando para o final do Congresso, a direção dividiu os delegados da ativa dos aposentados por meio de reuniões separadas. Usou o argumento falso de que esse método ajuda a discutir as "particularidades". Anulou a oportunidade de unir os funcionários, para que o Congresso aprovasse um plano de lutas em defesa das reivindicações de todos os funcionários, sejam da ativa ou aposentados.

A Corrente Proletária na Educação (POR) interveio no Congresso com a defesa de sua tese: "Por uma Afuse democrática e independente em relação aos governos e à burguesia". Juntamente com a tese, divulgou o folheto sobre a luta no campo da oposição classista de combate à burocratização da Afuse, que tem como título "Funcionários de escola e a política de independência de classe".

Como o Congresso é engessado por palestras, os militantes da Corrente Proletária foram obrigados a intervir no momento em que a burocracia abre o plenário para perguntas aos palestrantes. Isso para se posicionar diante dos brutais ataques aos funcionários e do avanço da terceirização e dos contratos temporários.

Houve uma mesa intitulada "Reorganização da força internacional", com referência à intervenção dos Estados Unidos. Rejeitou-se a bandeira da frente anti-imperialista para que os sindicatos se colocassem efetivamente contra a ofensiva do imperialismo norte-americano, o que levou à defesa do palavreado do governo Lula em torno da soberania.

Sobre a mesa em relação ao assassinato de mulheres, a intervenção dos militantes da Corrente Proletária foi no sentido da denúncia do feminicídio como parte da violência desfechada pela sociedade capitalista. Ressaltou a discriminação que recai sobre a mulher trabalhadora e o feminicídio como manifestação das enfermidades sociais próprias de uma sociedade que se decompõe. A barbárie capitalista, portanto, intensifica a opressão sobre as mulheres, negros e homossexuais. Concluiu assinalando a importância das reivindicações como trabalho igual, salário igual, proteção à maternidade, creches e restaurantes coletivos, que contribuem para livrar a mulher da escravidão da família.

Na conversa separada com os aposentados, a Corrente centrou na defesa da convocação de assembleia geral para unificar os funcionários e aprovar de fato a resistência contra as medidas do governo.

Como se vê, tratou-se de um Congresso Regional que não foi capaz de responder aos graves problemas vividos pelos funcionários de escola. A Corrente Proletária, assim, chama os funcionários a fortalecerem essa oposição sindical classista, democrática e de luta, para combater a burocratização da Afuse e defender um plano de luta que unifique todos os trabalhadores no interior das escolas.

LANÇAMENTO

R\$10

Adquira com o distribuidor do jornal Massas:

Corrente Proletária
Funcionários de escola

Funcionários de escola e a política de independência de classe



MASSAS

POR
PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por



Encontro da CPE-FASUBRA discute funcionamento do CONFASUBRA

No Encontro da Corrente Proletária na Educação (CPE) da base da FASUBRA, de agosto de 2026, ocorreu uma breve apresentação do folheto recém-publicado pela CPE sobre a Greve Nacional da FASUBRA de 2026. Discutiu-se sobre o funcionamento do Congresso Nacional da FASUBRA-Sindical (CONFASUBRA), espaço de disputa dos rumos da entidade no próximo período. Discussão que passa pela linha político-sindical e pela eleição da Direção Nacional (DN) e do Conselho Fiscal da Federação. Ressaltou-se que o CONFASUBRA é um congresso político e eleitoral, mas as direções costumam se preocupar apenas com o processo eleitoral, transformando o Congresso em um mero arranjo nas cadeiras ou posições da direção. Foi destacado que a preparação (pré-Congresso) é um momento fundamental e incontornável.

De acordo com o atual Estatuto da FASUBRA, o CONFASUBRA deve ser convocado pela DN com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da data de sua realização. Como o XXV CONFASUBRA deve ocorrer em maio de 2027, a convocação deve ser publicada até janeiro de 2027, sendo que a próxima Plenária Nacional Geral (PNG), prevista para novembro de 2026, talvez discuta o temário e o Regimento Interno do Congresso. Foi repassado o informe de que, até o presente momento, a DN da FASUBRA não respondeu ao e-mail do SinTUFABC, de 24 de julho de 2026, solicitando o Regimento Interno, o Regimento Eleitoral e o Caderno de Resoluções das duas últimas edições (XXIII e XXIV) do CONFASUBRA, realizadas em 2018 e 2023.

A realização do CONFASUBRA depende de uma série de eventos, tanto políticos como logísticos, como a convocação; a aprovação do Regimento Interno (com a definição de diversos itens, como local, temário e programação); a inscrição de teses; o período de realização das assembleias de eleição de delegados (com as inscrições de chapas e defesas, acompanhadas por algum representante da atual DN); o envio, alojamento e credenciamento das delegações (envolvendo custos com transporte e alimentação); o direito de apresentação e defesa das teses e propostas; a constituição e o funcionamento da Comissão de Sistematização (formada por representantes das teses, forças políticas ou coletivos); a aprovação do Regimento Eleitoral (com a definição de itens como a quantidade mínima de membros de cada chapa); a inscrição de chapas; a eleição; a divulgação das resoluções etc.

Foi esclarecido que a DN, assim como as direções locais, têm um papel essencial em garantir a democracia interna e a lisura do

processo de organização do CONFASUBRA, mas que nem sempre isso acontece, por isso é fundamental estar sempre preparado para não ser engolido pelas direções burocráticas. Esse processo de preparação e construção política pode ser feito desde um grupo, um coletivo, uma força política, um sindicato, uma frente intersindical etc. A unidade frentista é fundamental, mas deve-se atentar para não reproduzir a estrutura burocrática com articulações oportunistas. Enquanto CPE-FASUBRA, nós discutimos principalmente com os ativistas, organizações e entidades que estejam dispostos a construir um polo democrático, classista e revolucionário.

Com o objetivo de identificar os limites do burocratismo sindical e colocar a necessidade de substituí-lo, principalmente neste momento de profundos ataques ao baixo funcionalismo público, decidimos realizar uma análise crítico-analítica das teses apresentadas ao XIV CONFASUBRA, considerando a tese, a concepção sindical, os métodos e reivindicações e os seus limites, confrontando-as com os principais acontecimentos durante o atual mandato da DN. Para tanto, começaremos com a discussão das teses do Travessia/PSOL e da CTB/PCdoB no próximo Encontro da CPE-FASUBRA, que ficou agendado para as 18h (horário de Brasília) do dia 25 de setembro. Também buscaremos ampliar a discussão para envolver mais bases.

LANÇAMENTO



SINDSIFPE

Ex-diretores em falta com a prestação de contas tentam pressionar a nova gestão via Direção Nacional do SINASEFE

O POR, juntamente com o PSOL e independentes, está na gestão atual (2026-2028) do SINDSIFPE, seção sindical do SINASEFE do IFPE. Assumimos em abril de 2026, sem a prestação de contas da gestão anterior, dirigida por PT (Coletivo 1º de Maio, que se tornou Atentes e Fortes) e MEP (Movimento Escola Popular/PCB). As gestões são bianuais; entre a penúltima e a última gestão, mantiveram-se os principais dirigentes. E o que chama a atenção é que passaram duas gestões sem apresentar prestações de contas aos filiados. Além disso, deixaram o caixa praticamente zerado e com pendências, como a falta de pagamento do IPTU da sede dos anos de 2024 e 2025.

Dentre os princípios da atual gestão, defendemos a transparência no uso dos recursos do sindicato. Atuamos com a divulgação de notas públicas para explicar a situação à categoria, apontando que a cobrança da prestação não é algo meramente regimental, mas é parte do zelo que uma direção sindical deve ter com o valioso dinheiro dos trabalhadores. Seguindo este mesmo zelo, o regimento da seção torna inelegíveis os que não apresentam sua prestação de contas.

Depois de mais de dois meses de atraso na prestação de contas, nada havia sido apresentado, tornando os ex-diretores inelegíveis. Assim, começaram a se articular para manobrar o regimento e, na

assembleia de 10 de julho, impuseram que em 5 dias, em período de férias da maioria dos campi, fosse convocada uma assembleia para discutir as prestações de contas atrasadas das duas gestões. Nossa gestão não cedeu à pressão e convocou a assembleia para depois do período de férias, com tempo de divulgação que garantisse a participação da base.

O desespero dos ex-diretores se dá para tentarem participar como delegados da seção no 38º Congresso Nacional do SINASEFE, o que fez com que chegassem ao ponto de nos denunciar à direção nacional (DN) como autoritários, afirmando que estão sofrendo sanção arbitrariamente. Em reunião com a DN, um dia antes de nossa assembleia, participaram dois coordenadores gerais do SINASEFE nacional, um do coletivo Atentes e Fortes e outro do SINASEFE para Lutar (SPL), além do jurídico da nacional. Assim, buscaram a DN para nos pressionar a recuar na exigência da prestação de contas e para que os deixemos participar legivelmente na instância máxima do sindicato, o Congresso. Os ex-diretores chegaram ao ponto de pedir ingerência da nacional nas assembleias da seção e que retirássemos as notas explicativas à categoria. A DN orientou a um novo prazo de entrega das contas, mas o fato é que todos os prazos já foram estendidos.

A falta de prestações de contas sindicais é naturalizada no interior do movimento sindical pelas correntes

Apesar da gravidade, a DN afirmou que era necessário ter a análise de um conselho de ética para a aplicação de sanção, defendendo que os membros da antiga gestão tinham direito a voz e voto. O fato é que as gestões anteriores não se davam ao trabalho nem de eleger comissão de ética. Além disso, demais coletivos nem se pronunciaram, como MEP e TAEs na Luta, que também compõem a DN. Ou seja, as correntes políticas no interior do SINASEFE naturalizam a falta de prestação de contas, o que é muito grave. E, para isso, negam até as garantias regimentais em relação à obrigatoriedade dos cuidados que a gestão sindical deve ter com os recursos financeiros da entidade.

No dia 26 de agosto, a gestão convocou uma assembleia para organizar o Conselho Fiscal para receber urgentemente as contas em atraso das duas antigas gestões. E nos mantemos firmes na exigência da prestação de contas 2021-2026. A CPE/POR defende que, sem prestar contas, os ex-diretores não têm direito de participar dos espaços sindicais, principalmente do Congresso. A defesa da transparência no uso dos recursos sindicais é a forma de mostrar aos servidores que o sindicato está empenhando seus recursos na luta pelas reivindicações.

São Paulo- ABC

Lançamento do Comitê Anti-imperialista na Subsede da Apeoesp de São Bernardo

No dia 22 de agosto, aconteceu o lançamento do Comitê Anti-imperialista do Grande ABC na Subsede da Apeoesp de São Bernardo do Campo. O evento contou com representações de diversas organizações (PSOL, MST, PT e POR), além de ativistas independentes, mas teve pouca participação, sendo que a Subsede da Apeoesp de Santo André, dirigida majoritariamente pelo MRT, não buscou articulação com o Comitê e promoveu um campeonato de futebol no momento da atividade.

Durante a atividade, foram realizadas intervenções sobre a conjuntura internacional e as tarefas do momento. Também foram listadas algumas ações, como a unificação das ações anti-imperialistas, a realização de atividades formativas nos sindicatos, o abaixo-assinado contra o Projeto de Lei 1.424/2026, debates conjunturais e estratégicos regulares, uma nova plenária anti-imperialista com mais influência e expressão política etc.

Foi esclarecido que o imperialismo corresponde à fase monopolista do capitalismo e que os Estados Unidos sustentam uma política imperialista desde meados do século XIX, com a Doutrina Monroe ou com o Destino Manifesto. Historicamente, os Estados Unidos contam com governos intervencionistas, como o de Trump, com o Escudo das Américas, criado em 2026.

Com o declínio da economia estadunidense e da sua hegemonia no sistema internacional, motivado principalmente pela ascensão da China, o imperialismo estadunidense promove uma ofensiva, aprofundando a agressividade por meio de sanções, taxações, influência em processos eleitorais ou ações militares. É o que se passa com as ingerências dos Estados Unidos nos países da América Latina, Caribe, Ásia e outros lugares.

Esse processo ocorre no contexto do esgotamento da partilha do mundo estabelecida pelas potências vencedoras da 2ª Grande Guerra. Esgotamento causado principalmente pela dissolução da URSS (1991) e pela ascensão da China como potência mundial (década de 1980), mas também pela criação do Estado sionista de Israel (1948), pela Revolução Iraniana (1979), pelas guerras de libertação nacional no continente africano, dentre outros eventos históricos.



Em sua intervenção, além de ressaltar os elementos supracitados, a Corrente Proletária/POR lembrou a caracterização do imperialismo como época de guerras, revoluções e contrarrevoluções, afirmando que atualmente predomina o processo de contrarrevolução, com a agressão imperialista direcionada principalmente contra países que possuem independência como resquício das revoluções proletárias, como o cerco da OTAN à Rússia, a guerra comercial contra a China e o sufocamento de Cuba, assim como contra países com governos nacional-reformistas, como Venezuela e Brasil.

Ressaltamos que, independentemente dos discursos mais radicalizados, como o de Vladimir Padrino López, Ministro da Defesa da Venezuela, ou mesmo submissos, como o de José Múcio, Ministro da Defesa do Brasil, os governos burgueses se mostram incapazes de enfrentar o imperialismo. Destacamos, ainda, o limite do nacionalismo, que é incapaz de organizar o armamento das massas, que podem se voltar contra os próprios governos burgueses nacionalistas, sendo que o armamento é fundamental para derrotar o imperialismo.

Observamos que o genocídio do povo palestino demonstrou o fracasso e a impotência da via diplomática e do chamado sistema multilateral, como a ONU, e evidenciamos a importância do internacionalismo do proletariado. Citamos o momento de profundo atraso e retrocesso do movimento operário e comunista internacional, principalmente com a ausência do Partido Mundial da Revolução Socialista, e a crise mundial de direção revolucionária. Denunciamos o bloqueio e os desvios promovidos pelas direções burocratizadas, que impedem o desenvolvimento da luta de classes e da consciência e organização das massas. Destacamos a importância desse Comitê em romper com esse bloqueio.

Colocamos que, recentemente, as massas bolivianas deram a sua resposta própria aos ataques da burguesia e seus governos,

São Paulo - Litoral

Uma resposta necessária

Um significado da expressão "não se chuta cachorro morto" é: "não vale a pena atacar ou criticar quem está derrotado, inofensivo ou irrelevante". Outro é: "não continuar discutindo um assunto ou uma briga que já terminou e não tem mais solução". O POR tem adotado ambos os significados em relação ao grupo que cindiu o partido alegando divergências programáticas, que, porém, se tratou de indisciplina partidária e quebra do centralismo democrático, principalmente.

A partir de então, esse grupo, que se autointituiu "Partido Proletário Revolucionário Internacionalista", passou a ter como razão de sua existência a difamação do POR. A última, em contexto regional, refere-se à atuação da Corrente Proletária do Litoral Norte/SP enquanto direção minoritária do SindServ (Sindicato dos Servidores de São Sebastião).

Na matéria do jornal "O Internacionalista", nº 41, pág. 18, que tem como título "2ª Assembleia de prestação de contas do SindServ de São Sebastião foi uma manobra marcada por golpes da burocracia sindical e destruição da democracia operária", escreve-se: "Cabe destacar que, apesar da ausência na assembleia de 13/07, a direção minoritária desse sindicato – POR, votou no dia 30 de junho a favor da aprovação das contas, fazendo coro com a burocracia em suas trapaças contábeis. Esse partido que se reivindica trotskista e faz alarde de principista, teve um papel chave na fraude do dia 30/06, bem como não fez qualquer declaração sobre a prestação de contas em que a direção foi completamente irresponsável com o manejo e administração dos fundos sindicais que são de propriedade da categoria. Partido ou corrente que é incapaz de ter uma posição clara sobre um aspecto tão sensível à moralidade e política revolucionária, não passa de uma fraude". E conclui: "Essa direção se corrompeu em favor de interesses próprios e nós repudiamos a 'Unidos Pra Lutar' que atuou como leões de chácara do aparato do qual se beneficiam financeiramente e partidariamente".

Na essência, a matéria faz graves acusações à Unidos Pra Lutar de roubo do dinheiro do sindicato e ao POR por ser conivente. Não vamos nos ater às acusações feitas à direção majoritária, a Unidos Pra Lutar, mas apenas aos ataques desferidos ao POR.

A votação da assembleia do dia 30 de junho teve como resultado um empate. Entendeu-se que o desempate fosse função da presidência, sem considerar a indicação estatutária, pois a presidência já havia votado. Por isso, foi realizada outra assembleia com a mesma pauta no dia 13 de julho.

O POR em nenhuma ocasião constatou irregularidades no balanço das contas e muito menos fez "coro com a burocracia em suas trapaças contábeis". Não há concretude material nas acusações de manipulação das contas e de "trapaças contábeis". Afirmar que houve "fraude" e acusar o POR de fazer "coro" em tais fraudes não passa de difamação e calúnia. A inconsistência e a inconsequência são tantas que, na votação, o grupo que nos ataca sem nenhuma

tomando as ruas com mais de 90 bloqueios por 53 dias, mas as direções burocráticas desviaram a luta para a institucionalidade burguesa, levantando a bandeira de renúncia e preparando o terreno para a traição do movimento. Explicamos que o POR combateu esse desvio e trabalhou pela constituição da Assembleia Popular, órgão de poder das massas que permitiria amadurecer as condições para a insurreição. Finalmente, reivindicamos essa experiência, defendendo que os sindicatos e demais entidades encampem a luta anti-imperialista e que está na ordem do dia erguer uma verdadeira frente única anti-imperialista. Também apresentamos nossas publicações e distribuímos a Carta do POR à classe operária, aos demais trabalhadores e à juventude oprimida, de 13 de agosto de 2026.

prova se absteve. Por que não votaram pela reprovação das contas, já que em suas posições faladas e escritas as reproveram?

Certamente não se trata de uma ação política proletária. Ao se ancorar em críticas vazias, recheadas de calúnias, difamações e oportunismo, visando às eleições sindicais que se aproximam, esse grupo revela que se trata apenas de uma luta aparelhista, na tentativa de conquistar alguns votos de servidores desavisados e mal informados, mesmo que seja através da difamação e da calúnia.

Como se vê, é totalmente falsa a acusação de que o POR está "fazendo coro com a burocracia em suas trapaças contábeis" e que "teve um papel-chave na fraude do dia 30/06".

A matéria diz ainda: "Partido ou corrente que é incapaz de ter uma posição clara sobre um aspecto tão sensível à moralidade e política revolucionária, não passa de uma fraude". Concordamos plenamente com isso. Mas não só com isso: também é uma fraude a corrente que faz bloco com a burocracia contra a greve, faz propostas nas assembleias que levam o movimento à derrota, como, por exemplo: "vamos aceitar o que foi oferecido e continuar a campanha". Essa proposta foi apresentada pelo grupo na campanha salarial de 2025, o que levou o prefeito a manobrar e impor o aceite das migalhas e o encerramento da campanha salarial. Na campanha salarial de 2026, em oposição à proposta do POR de greve imediata, o grupo defendeu posições como: "São Sebastião não tem tradição de luta", "é preciso construir a greve", "a companheira está errada em chamar uma greve agora, de maneira mecânica", "confundindo com as greves dos professores em São Paulo, que têm tradição de luta" e "para quem ganha menos, parar um dia já pesa" etc. Como se sabe, essas defesas contra a greve, quando necessária, foram seguidas pelas propostas de calendários distracionistas para evitar a greve.

No balanço da campanha salarial/2026, escrevemos: "Nas três assembleias, a direção minoritária do sindicato (POR) apresentou a proposta de que o menor salário da categoria deveria partir da reivindicação do salário mínimo vital, calculado pelo DIEESE, e o escalonamento para quem já recebe acima desse valor. Porém a proposta aprovada, por maioria, foi a exigência de 20% de reajuste nos salários e o reenquadramento das tabelas de níveis e valores em que nenhum servidor deveria receber menos de 2 salários mínimos federais. A proposta aprovada foi defendida pela direção majoritária (Unidos Pra Lutar) e pela oposição (Frente Combativa/PPRI)".

Uma corrente política que se finge de "cachorro morto", para não reconhecer seus erros ou responsabilidades nas derrotas das campanhas salariais dos trabalhadores, mesmo não sendo direção do sindicato, é muito mais que uma fraude. Mas se levanta e late feito "cachorro raivoso" quando o assunto é fazer acusações levianas e difamatórias contra o POR.

No dia 26 de agosto, o SinTUFABC realizou um debate como parte da preparação de seu Congresso. O tema que abriu os debates pré-congressual foi “Da Estrutura sindical à reforma estatutária: desafios atuais”. Para essa atividade, foram convidados Maurício Vieira, do CEFET MG e Ana Raquel, da Corrente Proletária (POR).

Reproduzimos abaixo as colocações da Corrente Proletária

“Da estrutura sindical à reforma estatutária: desafios atuais”

1. A estrutura sindical e os estatutos não são apenas um conjunto de regras. Ao contrário, expressam uma determinada concepção de sindicato, bem como a relação entre a direção e a sua base. Discutir a estrutura sindical e a reforma dos estatutos exige verificar as reformas (contrarreformas) ocorridas que fragmentaram os trabalhadores dentro do mesmo local de trabalho (terceirização, contratos temporários etc.). Discutir as mudanças estatutárias implica discutir que sindicato é preciso construir. E os desafios estão vinculados ao tipo de sindicato de que precisamos para organizar os trabalhadores nas condições atuais.

A discussão sobre a reforma estatutária não pode ser reduzida a uma alteração das normas internas do sindicato. É preciso ter clareza sobre a situação política que estamos vivendo. É necessário definir que sindicato os trabalhadores necessitam para enfrentar os retrocessos organizativos e quais alterações estatutárias serão necessárias para unificar os trabalhadores e recuperar sua força coletiva em defesa das condições de trabalho.

2. Para isso, é preciso uma caracterização do momento político

Vivemos a época do capitalismo em sua fase imperialista. Uma época de decomposição, em que o amplo desenvolvimento das forças produtivas se choca com as relações de produção, portanto, com a propriedade privada e as fronteiras nacionais.

Os sindicatos da etapa do capitalismo concorrencial, na qual a burguesia e o Estado podiam fazer concessões aos trabalhadores, porque também necessitavam de reformas sociais para o desenvolvimento das forças produtivas, já não existem mais.

Hoje, os sindicatos que não estão sob a orientação de uma direção classista e de luta acabam se tornando aparatos de defesa do capitalismo e se burocratizam, pois a burguesia e seu Estado não podem conceder reformas progressivas, ao contrário, estão impondo contrarreformas.

No Brasil, os sindicatos surgiram no começo do século XX, como organizações independentes do patronato e do Estado. Porém, isso ocorreu já na fase em que o capitalismo adentrava sua etapa imperialista. Assim, a partir da década de 1930, ocorreu uma mudança decisiva. O Estado passou progressivamente a regulamentar a organização sindical, processo consolidado posteriormente pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de 1943. Foi, então, construída uma estrutura sindical que implicou a legalização dos sindicatos, a organização por categorias, a unicidade sindical, a contribuição sindical obrigatória e uma estrutura vertical de sindicatos, federações e confederações.

O ponto máximo da intervenção do Estado ocorreu durante a ditadura militar, quando o Estado podia intervir diretamente nos sindicatos, cassar dirigentes e controlar suas atividades. (Obs.: foi, porém, dentro dessa própria estrutura que surgiram, no final dos anos 1970, as greves operárias que permitiram romper com a estagnação ditatorial dos sindicatos).

Com o fim da ditadura militar e a aprovação da Constituição de 1988, ocorreu a denominada democratização dos sindicatos, mas não se desmontou completamente a estrutura sindical criada durante o governo de Getúlio Vargas, a exemplo da manutenção do imposto sindical obrigatório.

Em 2008, por reivindicação das centrais sindicais, o governo Lula criou mecanismos para reconhecer legalmente algumas centrais, inclusive permitindo-lhes receber parte desse imposto.

Com a reforma trabalhista de 2017, ocorreu uma ruptura. A Lei nº 13.467 alterou profundamente as relações de trabalho e atingiu diretamente os sindicatos. Uma das mudanças mais importantes foi o fim da contribuição sindical obrigatória. As direções passaram a criar mecanismos de sustentação dos aparatos, como a taxa negocial. Durante décadas, parte importante do sindicalismo brasileiro podia contar com uma fonte de financiamento relativamente independente da participação cotidiana dos trabalhadores.

Além dessa mudança estrutural, a reforma contribuiu para o esfacelamento da força coletiva dos trabalhadores, ao ampliar diversas formas de contratação, entre elas o avanço da terceirização. Assim, dentro de uma empresa ou local de trabalho começaram a atuar trabalhadores representados por diferentes sindicatos. Esse processo atingiu também os serviços públicos.

Como se vê, nessa fase do capitalismo, o Estado está obrigado a neutralizar os sindicatos como meio de luta de classes ou a colocá-los abertamente a seu serviço.

A partir desse breve relato, que assinala a fase do capitalismo em que vivemos, as alterações impostas pelo Estado aos sindicatos e a adaptação das direções sindicais às contrarreformas, a exemplo da reforma trabalhista, podemos discutir as mudanças estatutárias necessárias para retomar o objetivo central da edificação dos sindicatos como organismos de defesa da força de trabalho contra a superexploração e o seu esfacelamento.

R\$5

Adquira com o distribuidor do jornal Massas:

SinTUFABC



Construir uma direção classista e democrática para defender a força de trabalho e a universidade pública!

Por uma fração revolucionária no funcionalismo público!

 **POR** PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  **MASSAS**

3. “Reformas estatutárias”. Todo sindicato possui uma estrutura, uma organização. Na sua maioria, essa estrutura é composta por diretoria, assembleias, congressos, comissões por local de trabalho etc. O fundamental é compreender quem controla essa estrutura e com base em qual concepção. É necessário compreender sob qual política o sindicato está sendo conduzido e qual é o lugar da base nas decisões.

Os sindicatos surgiram da luta de classes, das revoltas espontâneas contra a exploração da classe burguesa. Estruturaram-se como organizações independentes diante da burguesia e de seu Estado. Tal organização permitiu à classe operária exercer sua própria democracia. Seu fundamento baseia-se na decisão coletiva e direta. Para isso, foram constituídas as assembleias sindicais.

A conquista da democracia sindical permitiu que os trabalhadores divergissem livremente, decidissem pelo voto e assegurassem a ação coletiva contra os capitalistas.

Essa concepção e essa estrutura sindical foram sendo abandonadas e, diante da pressão da burguesia e dos governos, as direções foram se adaptando ao chamado novo modelo de sindicalismo.

Hoje, a maioria dos sindicatos se acha regida por normas estatutárias que sustentam a política de direções que se burocratizaram.

Observa-se que as práticas que vão aparecendo de forma circunstancial por parte de uma direção sindical que se burocratiza vão sendo incorporadas aos estatutos. Entre elas, podemos citar: o aumento do período de mandato de uma direção, o maior poder de decisão da direção em relação às assembleias, congressos mais espaçados, eleições indiretas, exigências excessivas para a composição de uma chapa, assembleias virtuais, menor controle da base sobre as finanças etc.

Não são os estatutos que criam a burocratização. Mas uma direção que se burocratiza necessita impor mudanças para garan-

tir sua permanência. Quando o poder se concentra no aparato e a base não tem poder de decisão, desenvolve-se a burocratização.

Por isso, uma reforma estatutária democrática tem de ampliar a capacidade de decisão dos trabalhadores. Um estatuto democrático deve garantir que a direção permaneça subordinada às decisões da base.

4. “Os desafios atuais”. A defesa de um sindicato classista e de combate está diretamente vinculada à concepção política de sua direção. A luta contra a burocratização e, conseqüentemente, contra todas as alterações estatutárias impostas por essas direções não se resume a alterar esse ou aquele ponto dos estatutos. Ao contrário, toda mudança significa derrotar a política de uma direção que controla o sindicato e que impôs retrocessos organizativos.

Há princípios que são fundamentais em um estatuto, tais como:

a) Um sindicato independente do Estado e dos partidos burgueses; b) Um sindicato baseado na soberania das assembleias; c) Um sindicato apoiado nas organizações de base (comissões por local de trabalho); d) Um sindicato assentado no método da ação direta, que rejeita a conciliação de classes; e) Um sindicato em que a direção esteja sob o total controle da base; f) Um sindicato em que a direção seja composta segundo o critério da proporcionalidade; g) Um sindicato baseado na revogabilidade dos mandatos; h) Um sindicato em que os diretores mantenham estreito vínculo com o trabalho; i) Um sindicato que trabalhe pela unidade dos explorados; j) Um sindicato que englobe trabalhadores efetivos e contratados; k) Um sindicato que esteja a serviço da defesa das reivindicações vitais de sua base; l) Um sindicato que seja um instrumento auxiliar da luta para pôr fim ao capitalismo e edificar uma sociedade sem exploradores nem explorados.

Regional Nordeste do POR realiza formação sobre livro “Reforma ou Revolução?” e lançamento do folheto “Rosa Luxemburgo e nós”

A formação política, realizada no dia 15 de agosto, em Recife, começou com a apresentação do folheto “Rosa e nós”, que traz textos de Leon Trotsky em defesa da revolucionária polonesa, radicalizada na Alemanha, e prosseguiu com o estudo de extratos da obra “Reforma ou Revolução?”, de Rosa Luxemburgo. O livro expressa a luta ideológica de Rosa contra o revisionismo de Eduard Bernstein, desenvolvida a partir do final do século XIX, nos primórdios da fase imperialista do capitalismo, onde também se desenvolvem os partidos operários social-democratas.

A tese marxista de que as crises econômicas são inevitáveis no capitalismo é questionada por Bernstein, que passa a defender a tese de que as crises econômicas seriam atenuadas pelo crédito, e que haveria um fortalecimento das classes médias e melhora nas condições de vida do proletariado. Isso serviu de base para a política reformista, da possibilidade de reformas no capitalismo e do socialismo por métodos graduais, sem necessidade de um processo revolucionário dirigido pela classe operária. A realidade deu razão a Rosa, que preservou os fundamentos do socialismo científico, reconhecendo a anarquia da produção no capitalismo. A crise de 1929 confirmou esse acerto, poucos anos depois do lançamento da obra.

Rosa aponta que, do ponto de vista revolucionário, não há oposição entre Reforma ou Revolução. A defesa das reformas expressa

a luta defensiva da classe operária, que deve ser organizada para a tomada do poder. Mas Conrad Schmidt, que seguiu Bernstein, desenvolve a seguinte teoria: “a luta sindical e a luta política pelas reformas teriam como resultado um controle social cada vez mais direto sobre as condições de produção” e chegariam a “restringir cada vez mais, por meio da legislação, os direitos do proprietário do capital, reduzindo-o à condição de simples administrador” – ou seja, bastava a atuação no sindicato e no parlamento burguês para se caminhar progressivamente para o socialismo.

Após o esmagamento da Comuna de Paris, em 1871, a Alemanha passou a ser o centro mais dinâmico da classe operária. A conquista do sufrágio e o desenvolvimento de um partido operário de massas combinaram-se com alterações do ponto de vista do Estado, com a aprovação de uma primeira legislação previdenciária na Alemanha de Bismarck. A conquista de legislações sociais passou a ser utilizada pela ala pequeno-burguesa da social-democracia para substituir a estratégia revolucionária pela reformista.

Rosa destaca a importância da organização e atuação dos partidos revolucionários nos sindicatos, e das lutas sindicais como parte do aprendizado da classe em seu caminho para a tomada do poder. Alerta, portanto, que a luta puramente sindical, descolada da estratégia revolucionária, leva ao reformismo. Os sindicatos têm o papel de negociar melhor a venda da força de trabalho, principal-

mente por meio da elevação de salários e redução das jornadas, porém não têm como determinar as conjunturas onde essa disputa se dá e muito menos eliminar a exploração do trabalho.

Rosa prognostica que a tendência do capitalismo seria de que novas conquistas se tornariam cada vez mais difíceis, pois a burguesia procura compensar a tendência à queda na taxa de lucros com uma ofensiva sobre os trabalhadores, levando os sindicatos a terem de realizar lutas defensivas para manter antigas conquistas. A incorporação da tecnologia na produção também resulta em ampliação do exército industrial de reserva e rebaixamento dos salários. O que exige a combinação da luta econômica com a luta política.

A tese de Bernstein era de que ter mais parlamentares operários levaria a um maior “controle social” e a uma identificação do Estado com a “sociedade”, compreendida como a sua maioria proletária, fazendo com que a propriedade privada perdesse o sentido para o capitalista, que se tornaria cada vez mais um mero administrador. Rosa desmonta tal falsificação, demonstrando que o que ocorre é o contrário: os proprietários afastam-se cada vez mais da produção, passando até mesmo as atividades administrativas para profissionais assalariados.

Ademais, Rosa alerta para que não se confunda o aspecto formal da democracia com o seu conteúdo real, que preserva a natureza de classe do Estado burguês. O que faz com que momentaneamente os interesses gerais e do Estado possam coincidir, mas, assim que inevitavelmente eles entrem em choque, a solução da

classe dominante será romper com a forma democrática.

Rosa ainda demonstrou que a tendência reformista seria a de desencorajar a classe operária a desenvolver a luta de classes para não assustar a burguesia, o que levava à capitulação e ainda desarmava a classe para enfrentar as tendências ditatoriais e fascistas. A história da Alemanha confirmou o prognóstico de Rosa: após um governo da social-democracia, desenvolveu-se o fascismo.

Rosa foi uma aguerrida defensora da política da classe operária, diante das diversas tendências com características pequeno-burguesas, como o revisionismo de Bernstein. O choque entre a política proletária e pequeno-burguesa esteve na base do assassinato de Rosa, em 15 de janeiro de 1919, pelas mãos dos paramilitares dos Freikorps, sob a cumplicidade do governo social-democrata na repressão ao levante espartaquista.

O debate da formação foi bastante vivo, relacionando o tema com as experiências do proletariado no Brasil e as direções reformistas e revisionistas, e também discutindo a atuação das esquerdas no parlamento, semeando ilusões. Também foi discutida, na luta pelo fim da escala 6x1, a diferença entre a perspectiva reformista – que canaliza o movimento para as negociações no parlamento e impede a mobilização da classe e o avanço de sua consciência – e a perspectiva revolucionária, que procura colocar a classe em movimento e vincular a reivindicação com a defesa de emprego para todos com a escala móvel das horas de trabalho, confiando nas próprias forças dos trabalhadores, com seus métodos históricos de luta e combinados com uma estratégia própria de poder.

São Paulo- ABC **GECO inicia estudo coletivo das Teses de Pulacayo**

O Grupo de Estudos da Cultura Operária (GECO) iniciou o estudo coletivo das Teses de Pulacayo, documento político-sindical aprovado em 1946 pela Federação Sindical de Trabalhadores Mineiros da Bolívia (FSTMB), na cidade mineira de Pulacayo, que representa um marco fundamental para o movimento sindical latino-americano, ao traduzir de forma pioneira a teoria revolucionária para a realidade concreta do nosso continente e impulsionar o programa da revolução social.

No encontro de julho, a partir da leitura compartilhada do texto “Como devem entender-se as Teses de Pulacayo?”, discutimos o internacionalismo proletário, a história das internacionais operárias, a crise mundial de direção revolucionária e a tradição revolucionária do proletariado boliviano, principalmente o lugar do POR Boliviano e das Teses de Pulacayo na luta histórica pelo comunismo e pela reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista. Discutimos, ainda, a motivação do documento, elaborado em um processo de discussão das reivindicações básicas dos trabalhadores, juntamente com a intervenção da vanguarda revolucionária, que colocou a questão da tomada do poder a partir da experiência com a ação direta coletiva, portanto com a ocupação das fábricas etc.

No encontro de agosto, realizamos o estudo coletivo das três primeiras seções das Teses de Pulacayo: I - Fundamentos; II - O tipo de Revolução que deve se realizar; e III - Luta contra o colaboracionismo. O documento reconhece a Bolívia como um país capitalista atrasado, integrado ao sistema capitalista internacional com suas particularidades nacionais, comportando elementos pré-capitalistas, como a estrutura latifundiária, e elementos propriamente capitalistas, como o proletariado/trabalhadores assalariados. Considera que as classes dominantes dos países atrasados, subservientes ao imperialismo, são incapazes de resolver as tarefas democrático-burguesas pendentes, como o fim dos latifúndios, e que o proletariado destes países está obrigado a combinar a luta pelas tarefas democrático-burguesas com a luta pelas reivindicações socialistas. Nessa direção, reconhece o caráter permanente da revolução, em que a revolução democrático-burguesa é unicamente um episódio ou fase da revolução proletária.

As Teses colocam que a burguesia e o proletariado são as classes sociais fundamentais do modo de produção capitalista, ligadas aos grandes meios de produção, e que a pequena-burguesia (da cidade e do campo) não possui objetivos históricos próprios, de maneira que ou segue a burguesia em período de “tranquilidade social”, quando prospera a atividade parlamentar, ou segue o proletariado em momentos de extrema agudização da luta de classes, portanto, quando a classe operária comparece organizada com sua estratégia política revolucionária. O documento afirma que “o proletariado se caracteriza por ter a força suficiente para realizar seus objetivos próprios e inclusive os alheios” e que “o campo segue a cidade, e nesta a direção é o proletariado”, considerando o proletariado urbano como centro dinâmico da luta de classes.

As Teses de Pulacayo também consideram o proletariado boliviano como um dos mais radicais, com base na sua tradição política e organizativa, criticando os reformistas que, mecanicamente, desconhecem a possibilidade de existir, em um país atrasado, um movimento político mais avançado que em um país economicamente avançado. No estudo, fizemos uma comparação entre o processo de formação da Estrutura Sindical da Bolívia e a do Brasil, um influenciado por ideias revolucionárias e trotskistas, e outro pelo burocratismo colaboracionista.

O documento também critica o sindicalismo colaboracionista, considerado como uma renúncia dos objetivos do proletariado, e afirma que “a arbitragem obrigatória e a regulamentação legal dos meios de luta dos trabalhadores é, na maioria dos casos, o começo da derrota”. Durante a discussão, exemplificou-se com a recente greve dos ferroviários paulistas, em que o movimento sindical encerrou a greve em troca de um acordo pela absorção dos atuais empregados por outros órgãos públicos, abandonando a luta pela reversão das privatizações e pela garantia dos postos de trabalho, o que ainda foi considerado uma vitória pelo reformismo.

A Corrente Proletária (POR) chama a vanguarda que desponta das lutas a participar e a contribuir com os estudos de formação do Geco.

Nesta edição:

As ações imperialistas no Oriente Médio e na América Latina indicam o aprofundamento da guerra comercial e da crise internacional;

Palestina: Ato em São Paulo;

Bolívia: Comunicado do POR - Evitemos que a Lei de Investimentos, Reformas à Constituição Política do Estado e demais leis vende-pátrias entreguem Bolívia ao capital multinacional;

Chile: A arma usada pela ditadura burguesa é o voto;

Argentina: A ditadura civil de Milei foi golpeada pela derrota parlamentar;

Trotsky: China;

88 anos da fundação da IV Internacional;

Assimilando o socialismo científico: A Base da Família (Parte 2).



Artigos das Seções **Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional**

As ações imperialistas no Oriente Médio e na América Latina indicam o aprofundamento da guerra comercial e da crise internacional

A crise no Oriente Médio continua sendo uma amostra da crise mais geral do capitalismo, que conduz milhões de pessoas às condições mais duras de sobrevivência, seja pela fome, seja destruição dos territórios, seja pela matança direta. A guerra aberta em 28 de fevereiro pelos ataques conjuntos de Israel e dos Estados Unidos ao Irã completou seis meses. Desde 1º de agosto, quando Donald Trump cancelou a ofensiva aérea por vários dias que havia autorizado, não se registraram bombardeios da coalizão em território iraniano. O Memorando de Islamabad, assinado por Irã, Estados Unidos e Paquistão em 17 de junho, expirou em 17 de agosto sem prorrogação, e o bloqueio naval norte-americano aos portos iranianos segue em vigor.

Em certa medida, o eixo do confronto deslocou-se para o terreno econômico. Em 24 de agosto, o secretário do Tesouro, Scott Bessent, anunciou em Washington a chamada Operação Pátria Econômica, com sanções a cerca de 60 empresas, pessoas e embarcações dos Emirados Árabes Unidos, Hong Kong, China, Singapura, Suíça e Europa, atingindo setores de ativos digitais, tecnologia, ouro, aviação e navegação. Afirmou-se que o objetivo é cortar toda linha de sustentação econômica do governo iraniano. Em 19 de agosto, os Emirados Árabes Unidos suspenderam até nova ordem todo o comércio com o Irã. Já o Estreito de Ormuz permanece fechado à navegação comercial regular.

Em Gaza, os ataques israelenses prosseguem sob o cessar-fogo declarado em outubro de 2025. Em 24 de agosto, bombardeios e tiros de tanque no centro da Faixa mataram ao menos quatro pessoas, entre elas duas crianças, e atingiram uma usina de dessalinização, uma mesquita e um armazém de ajuda humanitária. Segundo o Ministério da Saúde de Gaza, 1.288 palestinos foram mortos desde a entrada em vigor do cessar-fogo, e o total acumulado desde outubro de 2023 supera 73,4 mil. Na Cisjordânia, já são mais de 1.380 incidentes envolvendo colonos desde o início de 2026, afetando mais de 250 comunidades palestinas, segundo a ONU, enquanto Israel inicia um amplo projeto de construções habitacionais (1200 unidades) no território palestino.

As eleições em Israel, em Outubro, pressionam Netanyahu pelos dois lados, seja pelos setores mais reacionários que defendem a ocupação completa e o cumprimento integral do plano colonialista, seja pelos setores moderados que esperam uma solução do

conflito. Tudo indica que a linha colonialista tenha mais força e siga avançando.

No Líbano, os bombardeios israelenses de 15 de agosto contra Ansar e Deir al-Zahrani, no distrito de Nabatieh, mataram 11 pessoas, entre elas três crianças e duas mulheres, e feriram 19. O presidente Joseph Aoun e o primeiro-ministro Nawaf Salam condenaram os ataques às vésperas de nova rodada de negociações patrocinadas por Washington. Segundo o Ministério da Saúde libanês, 4.348 pessoas foram mortas e mais de 12,3 mil ficaram feridas desde 2 de março. O Hezbollah não executou nenhuma retaliação no período.

De conjunto, EUA e Israel, continuam como fator de crise regional, uma consequência da crise internacional mais ampla. Diante do fracasso completo das organizações da burguesia como a ONU ou o TPI em deter a escalada que acontece desde outubro de 2023, e diante do refluxo do movimento internacional de luta contra o genocídio na Palestina e os ataques do imperialismo no Oriente Médio, esses países se mantêm com as mãos razoavelmente livres para impor seus planos colonialista e econômico. A longa duração do conflito é uma medida de resistência militar e econômica iraniana, sobretudo, diferente do que acontece em outros países-alvo dos EUA, como Cuba e Venezuela.

Na América Latina, a Venezuela, que ainda se reconstrói dos terremotos de 24 de junho, que deixaram 6.301 mortos e cerca de 18 mil desabrigados, vive o oitavo mês do governo de Delcy Rodríguez, empossada após a captura de Nicolás Maduro por forças especiais norte-americanas em 3 de janeiro. A submissão aos EUA é mais do que evidente: mais de 500 mil dos cerca de 1,25 milhão de barris diários produzidos são hoje exportados a refinarias norte-americanas, maior número desde 2018.

O quadro latinoamericano se completa com o avanço da militarização da política regional. Em 12 de agosto, na Cidade do Panamá, ministros da Defesa de 18 países reuniram-se com o secretário de Defesa dos EUA, Pete Hegseth, que anunciou a adesão da Colômbia à Coalizão das Américas contra os Cartéis, o chamado Escudo das Américas, como 19º membro, e afirmou que o novo presidente colombiano, Espriella, solicitou operações militares conjuntas em território colombiano.

O fortalecimento do domínio estadunidense sobre a América Latina é parte de uma concepção estratégica mais geral do imperialismo contra a China. Aqueles que não se alinham aos planos do imperialismo têm dois exemplos do que pode vir adiante: Cuba e Venezuela. A subordinação de um conjunto tão grande de países se deve a essa explicação. Está claro ainda que os processos eleitorais têm sido amplamente utilizados pelos EUA para colocar governos francamente pró-imperialistas, como o caso recente da Colômbia. As eleições brasileiras em outubro acontecerão sob essas condições, o que reforça a ideia da farsa eleitoral de escolha livre pelo voto.

No Brasil, as pressões imperialistas se manifestam em dois flancos principais: de um lado, a sobretaxa de 25% na exportação aplicada pelos EUA, que atinge cerca de 15% do volume exportado ao mercado norte-americano; de outro, as pressões pelo enquadramento do PCC e do Comando Vermelho como organizações terroristas, que até agora têm sido rejeitadas pelo governo Lula. O Brasil é um ponto estratégico aos interesses estadunidenses em relação à América Latina, e à China. É de se es-

perar que as pressões cresçam conforme a crise avance e nenhuma das candidaturas postas seja capaz de se contrapor de forma consequente a esse avanço. Enquanto a candidatura bolsonarista de-

fende a submissão completa, tal qual Milei na Argentina ou Kast no Chile, a candidatura de Lula não é capaz de defender a soberania nacional como já ficou claro diante das taxações.

Além disso, o nacional-reformismo petista mantém a classe operária e os demais trabalhadores amarrados e amordaçados através da política de conciliação de classe das direções sindicais e dos grandes movimentos, o que implica a ausência de resistência anti-imperialista contra as medidas trumpistas. Assim, diante do processo eleitoral que se aproxima, a tarefa não é se enfileirar atrás de uma ou outra candidatura, mas defender em todos os locais a necessidade da independência de classe

frente aos governos e patrões, levantando as reivindicações que unificam e movimentam os trabalhadores. A bandeira da frente única anti-imperialista é aquela que unifica os explorados e prepara o enfrentamento ao imperialismo e sua política colonialista e saqueadora.

Palestina Ato em São Paulo

O Comitê em defesa do povo palestino retomou as manifestações em São Paulo. No dia 15 de agosto, algumas dezenas de militantes se reuniram na Praça Roosevelt, em um ato convocado pela Frente Palestina São Paulo. Sob a bandeira “Fim do genocídio e limpeza étnica na Palestina”, as intervenções se concentraram na denúncia da matança, que não se cessaram após o acordo anunciado por Trump e Netanyahu de cessar fogo e reconstrução da Faixa de Gaza.

Vários dirigentes lamentaram a ausência da maioria das centrais, sindicatos e movimentos populares. Denunciaram as torturas, os estupros e as prisões praticadas pela polícia do Estado sionista. E as perseguições e processos criminais perpetrados pelo judiciário brasileiro, a exemplo do que ocorre com o militante José Maria. Outros procuraram responsabilizar o governo Lula de não ter rompido as relações econômicas, políticas e diplomáticas com Israel. Alguns se mostraram indignados com a baixa presença e fizeram menção aos atos que chegaram a reunir milhares de pessoas, como o de 30 mil.

Boa parte dos que usaram a fala fez referência às flotilhas, sobretudo os que delas participaram como Thiago Ávila, agora candidato a deputado federal pelo partido burguês Rede. Entre os que fizeram uso da tribuna, a grande maioria usou o ato para divulgar as candidaturas, como Vera, do PSTU, candidata ao governo de São Paulo. O protesto, assim, serviu para a distribuição dos “santinhos” dos candidatos a deputados estaduais e federais. Não faltou a tática dos sindicalistas reformistas e centristas de entregar uma Carta aos candidatos cobrando a defesa dos palestinos, fato que foi reportado pela militante do PSTU, Soraia. Entre os pronunciamentos, havia o grito “Palestina do rio ao mar”.

O Partido Operário Revolucionário interveio com a banca de materiais, bandeiras, divulgação do Jornal Massas e com a fala de um camarada defendendo a bandeira do fim do genocídio, direito à autodeterminação da nação oprimida, por uma República Socialista da Palestina e Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio.

LANÇAMENTO!

PALESTINA

GUERRA NA FAIXA DE GAZA E
GENOCÍDIO DO POVO PALESTINO

Posição e
resposta do
internacionalismo
proletário

R\$ 40



Somente a classe operária e os demais trabalhadores, organizados, unidos e em luta podem derrotar o Estado sionista de Israel, os Estados Unidos e aliados.

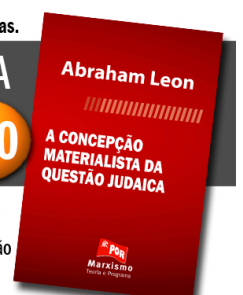
Adquirir já com o distribuidor do Jornal Massas.

LANÇAMENTO! Adquirir já com o distribuidor do Massas.

A CONCEPÇÃO MATERIALISTA DA QUESTÃO JUDAICA

Abraham Leon

R\$ 30



Um estudo profundo da história de opressão sofrida pelos judeus. O caráter programático da obra do judeu Abraham se verifica no fracasso histórico do sionismo, da luta palestina, da decomposição capitalista e da necessidade dos explorados retomarem o curso das revoluções socialistas, proletárias e internacionalistas.

Comunicado do POR - Seção boliviana do Comitê de Enlace pela Reconstrução da Quarta Internacional

Evitemos que a Lei de Investimentos, Reformas à Constituição Política do Estado e demais leis vende-pátrias entreguem Bolívia ao capital multinacional

Extraído do jornal Masas boliviano no 2895

1. O Projeto de Lei de Investimentos apresentado por Rodrigo Paz é ainda mais entreguista do que o D.S. 5503 revogado. Inclui a criação de uma Agência Nacional de Investimentos com um “balcão único” que, em no máximo 20 dias, deve aprovar contratos com estrangeiros, com duração de 30 anos e sem possibilidade de alteração de um único artigo, alíquota ou tarifa de imposto. Contratação de mão de obra sem proteção das leis trabalhistas e sujeição de processos judiciais às decisões do Tribunal Internacional de Justiça sobre as instituições de justiça bolivianas. A isso, soma-se a proposta de reformas na Constituição Política do Estado dos deputados Carlos Alarcón e Tuto Quiroga que buscam revogar dezenas de artigos que contradizem o pacote de leis que pretende aprovar, além de proibir expressamente futuras nacionalizações.

2. Esses projetos são acompanhados pela persistente e premeditada escassez de gasolina e diesel, com a qual buscam justificar sua intenção de desacreditar e destruir a YPFB e depois privatizá-la. Eis por que somente empresas privadas foram autorizadas a importar e comercializar combustíveis. Agora, a empresa Reciclara Agroindustrial del Este SRL está autorizada a instalar uma refinaria privada localizada em Cuatro Cañadas, a importar petróleo bruto e a processá-lo na Bolívia, podendo produzir diesel e gasolina de forma privada. A privatização do setor de hidrocarbonetos é uma prioridade desse governo. Da mesma forma, o projeto de

construção da rodovia Mato Grosso e San Ignacio de Velasco está avançando para que o “Rei da soja”, Eraí Maggi, se aproprie da Chiquitania de Santa Cruz.

3. Sem dúvida, estamos diante de uma mudança radical para uma economia de mercado que busca entregar, de forma descarada, a riqueza natural do país e as empresas produtivas estatais que passarão para as mãos de investidores estrangeiros, grandes latifundiários do agronegócio e cooperativas de ouro.

4. Sem combustível, sem dólares e com uma moeda nacional desvalorizada, a Bolívia está passando por uma profunda recessão econômica. A contração do aparato produtivo destrói a economia de centenas de milhares de pequenas e médias unidades produtivas. O governo privilegia apenas os lucros máximos de empresários nacionais e estrangeiros, sem se preocupar com o brutal empobrecimento da grande maioria.

5. O descontentamento e o desespero crescem dia após dia e, mais cedo ou mais tarde, explodirão em uma grande convulsão social. Mas a tragédia é que o movimento sindical e popular está passando por uma crise de direção, o que significa a ausência de uma direção que possa liderar a futura rebelião operária e indígena. A burocracia sindical da Central Operária Boliviana está covardemente escondida sob o pretexto do “Estado de Exceção”, deixando sem direção e totalmente indefesos os trabalhadores. Diante dessa espetacular imposição da política pró-imperialista, os cobistas nem sequer chamaram um ampliado nacional para organizar a resistência e a luta para esmagar o avanço neoliberal. Desde as bases, está posta a tarefa de recuperar as direções sindicais nacionais e organizar a luta nacional.

6. A próxima arremetida das massas exploradas das cidades e do campo precisa superar as limitações do último conflito nacional. O objetivo final deve ser **EXPULSAR DO PODER NÃO APENAS RODRIGO PAZ, MAS TODA A CLASSE DOMINANTE PARA CONSUMAR A REVOLUÇÃO SOCIAL. OPERÁRIOS E CAMPONESES AO PODER!!**

7. Derrotar o pacote de leis entreguistas de Rodrigo Paz. Não permitir que entreguem nossos recursos naturais ao imperialismo. **NÃO QUEREMOS MELHORES CONDIÇÕES PARA O INVESTIMENTO ESTRANGEIRO, MAS SIM A EXPULSÃO DAS MULTINACIONAIS QUE HOJE SÃO DONAS DA ECONOMIA NACIONAL. NACIONALIZAÇÃO IMEDIATA DA MINERAÇÃO PRIVADA, DOS POÇOS DE GÁS, DO OURO, DO AGRONEGÓCIO NO ORIENTE E DO SISTEMA BANCÁRIO PRIVADO.**

Bolívia, 17 de agosto de 2026

 **POR** PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

LANÇAMENTO

Adquira já com o distribuidor do jornal Masas no direct

ROSA LUXEMBURGO E NÓS

★
Extratos de Leon Trotsky e da Quarta Internacional



R\$ 5

 **POR** PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

LANÇAMENTO! Adquira já com o distribuidor do Masas.

CRISE MUNDIAL IMPULSIONA O INTERVENCIONISMO DOS ESTADOS UNIDOS

R\$ 40

O POR dedica este livro à tarefa de constituir a frente única anti-imperialista, sob a estratégia e a direção da classe operária. Está posta de maneira absolutamente clara a defesa das nações oprimidas contra a opressão imperialista.

CRISE MUNDIAL IMPULSIONA O INTERVENCIONISMO DOS ESTADOS UNIDOS

EN DEFESA DAS NAÇÕES OPRIMIDAS. CONSTITUIR A FRENTE ÚNICA ANTI-IMPERIALISTA. DIREÇÃO PELA CLASSE OPERÁRIA E EMPREGADA NA PROGRAMA DA REVOLUÇÃO SOCIAL.

 **POR** PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO



Chile

A arma usada pela ditadura burguesa é o voto

Extraído do jornal *Lucha Obrera*, do POR Chile nº 78

O voto, em tempos de profunda decadência do sistema capitalista, é o troféu pestilento da burguesia, a carniça que alimenta os abutres. O voto é disputado por todos os elementos que mantêm o capitalismo em putrefação, os partidos políticos burgueses, os políticos e eleitores - esses últimos, consciente ou inconscientemente. Os primeiros buscam exclusivamente os benefícios que o candidato lhes garantirá ao ser eleito. O que, por sua vez, beneficia os adeptos mais próximos, e nada para os demais. Todos os candidatos prometem sabendo que não cumprirão suas promessas. Ocorre que seus "programas" estão subordinados à classe que exerce a ditadura do capital contra a maioria explorada e oprimida da nação. Campanhas eleitorais são institucionalizadas pelo regime burguês; a votação serve para tranquilizar os miseráveis, acreditando que algum dos abutres destinados a manter o sistema putrefato resolverá seus sérios problemas de fome e miséria.

Todos os candidatos "trabalham" na busca por um voto para o opressor. O eleitor é apenas o meio porque desprezam aquela pessoa oprimida pelo sistema vigente, seu interesse é o voto que garanta que possam servir à burguesia. O eleitor iludido com o sufrágio em seu candidato acredita que, quando assumir o cargo, facilitará sua vida. Uma triste ilusão porque todos usam esses meios para viver confortavelmente sob a opressão capitalista, que perpetua a posse privada da terra e dos meios de produção, aumentando o desemprego, o rebaixamento dos salários, a redução da produção, vendendo a pátria aos grandes capitalistas mundiais, principalmente ao imperialismo genocida.

Camila Vallejos, militante do Partido Comunista, estalinista, tem a ousadia de afirmar que "subestimaram" a ultradireita. A falta de vergonha dessa pessoa não tem limite, assim como o reformismo estalinista não tem desde 1924, desprezando o que foi feito pelo líder bolchevique, camarada Luis Emilio Recabarren, que compareceu ao funeral de Lênin, pelo que foi acusado de traidor trotskista. Esse partido apoiou Stalin até hoje, aderindo e defendendo o programa contrarrevolucionário do estalinismo, juntando-se a uma suposta "burguesia progressista", ingressando no Partido Radical da burguesia e iniciando as Frentes Populares em 1938 com sua farsesca revolução por etapas, com reformas para fortalecer a frágil burguesia nacional. Esse programa contrarrevolucionário foi quem abriu o caminho para a Ditadura de Pinochet em 1973, que produziu um grande recuo das massas trabalhadoras e populares que, desde o início do século XX, enfrentaram a burguesia nacional, com consequências trágicas, como os massacres, desde o início do século. Os últimos foram contra trabalhadores em El Salvador, Pampa Irigoyen em Puerto Montt no governo de Eduardo Frei Montalva. Em março de 1983, a classe operária e setores da população começaram o protesto contra o governo burguês de Pinochet, apesar da cruel repressão, as massas travavam suas lutas nas ruas de todo o Chile contra o fascismo de Pinochet. O covarde ditador da burguesia tremia ao encarar as câmeras de televisão, obrigado a forjar uma solução civil para sua ditadura, convocando um plebiscito para que o povo pudesse escolher se continuaria ou não com a cruel ditadura: cada eleitor respondeu Sim ou Não, claro que o "Não" venceu.

O circo eleitoral foi mantido por 36 anos com a estreita colaboração do estalinismo. E, em todos os governos, ativamente, tanto na Nova Maioria quanto no governo de Gabriel Boric, que descumpriu tudo o prometido, abrindo assim o caminho para um novo fascista pinochetista. Não porque tenham "subestimado" a

ultradireita fascista. O stalinismo e o reformismo concertacionista de fato serviram ao imperialismo de joelhos, assim como o chamado "Capitão Planeta", o socialista, que ao final de seu mandato, o imperialismo lhe concedeu um lugar nas Nações Unidas; estamos nos referindo a Ricardo Lagos Escobar. O mesmo fez com Michele Bachelet quando a nomeou para o cargo de Alta Comissária para os Direitos Humanos em 10 de agosto de 2018. Hoje, ela quer ser Secretária-Geral da ONU, um cargo a serviço do imperialismo, dos EUA.

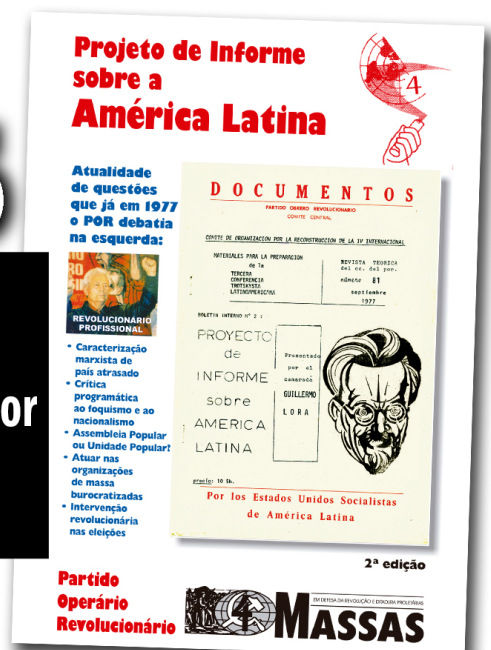
A demagogia, desonestidade, atitude cruel e farsesca de José Antonio Kast não se deve ao fato de o terem subestimado, pois conheciam seu projeto burguês antioperário e antinacional, e conheciam muito bem.

A única forma de luta é levantar a bandeira marxista-leninista-trotskista, o que os estalinistas não conseguem fazer, por isso J.A. Kast está governando. Apenas as massas nas ruas poderão derrubá-lo, as massas de operários, camponeses, populares e a classe média arruinada devem abandonar as ilusões de um capitalismo humanizado, somente a revolução proletária pode acabar com esse regime podre até o âmago e inaugurar um novo regime social baseado na ditadura proletária e no internacionalismo revolucionário. Somente assim será alcançada a plena liberdade, usando a democracia direta para pôr fim a todos os males que ainda permaneçam no novo regime social e político proletário. Em uma democracia direta, as massas poderão vetar e remover líderes ruins, que permanecerão no poder enquanto não traírem sua base.

- EM DEFESA DA REVOLUÇÃO PROLETÁRIA
- POR UM GOVERNO OPERÁRIO-CAMPONES
- CONSTRUIR OS PARTIDOS OPERÁRIOS REVOLUCIONÁRIOS NO MUNDO INTEIRO
- RECONSTRUIR A QUARTA INTERNACIONAL PROLETÁRIA

R\$5

Adquira com o distribuidor do jornal Massas:



A ditadura civil de Milei foi golpeada pela derrota parlamentar

Do jornal Masas [argentino] nº 507

Após quatro tentativas de tramitar e introduzir dezessete modificações ao projeto, o Governo ainda teve que retirar dois capítulos centrais de lei no último minuto para obter o voto favorável no Senado. Teve de recuar no objetivo repetidamente reiterado desde a primeira Lei Ônibus, apesar de ter um número maior de legisladores a seu favor. Essa derrota é muito mais do que uma derrota legislativa.

A grande mobilização em torno ao Congresso por muitas horas, de caráter anti-imperialista e combativo, com a presença de numerosos setores sindicais e dos bairros, mostrou a grande vontade de luta presente no seio do povo, traído pelas suas direções, farto de tantos ataques, tantas mentiras, tanta hipocrisia dos políticos.

O governo encontrou o limite da resistência social. O revés no Congresso foi precedido por semanas de questionamentos que cresceram entre a maioria da população, questionamentos que não foram impulsionados pela direção sindical ou pelos políticos da “oposição”. Essa rejeição na sociedade pressionou a vontade dos legisladores, que temiam ter de retornar às suas províncias mais tarde. Legisladores que no passado aprovaram leis tão miseráveis quanto essa.

A rejeição à estrangeirização da terra expressou muito mais. Foi potenciada pela raiva generalizada diante da perda de poder aquisitivo, do endividamento, do aumento constante das tarifas, da pobreza crescente, do número de demissões, do fechamento de empresas, da situação recessiva da economia, da corrupção, da crueldade das medidas governamentais, do saque de nossos recursos etc. A bandeira da defesa da soberania nacional ocupou um lugar central nas reivindicações expressas na consigna “a pátria não se vende.”

Esse embate possibilitou avançar a discussão sobre quais setores controlam o território, sobre quem se beneficia da exploração dos recursos naturais e da renda agrária. Discussão acerca de mais de 13 milhões de hectares atualmente em mãos estrangeiras, que superam em muito as porcentagens estabelecidas pela lei ou pelas áreas proibidas onde têm suas propriedades. Mas também houve o debate sobre os proprietários “nacionais”, como eles se apropriavam das terras que até pouco mais de um século atrás pertenciam ao Estado ou aos povos originários. A posse da terra é uma questão que a burguesia nunca conseguiu resolver e determinou a impossibilidade de um maior desenvolvimento das forças produtivas.

O perigo de uma abertura irrestrita ao grande capital internacional está em que resulta em uma maior concentração das propriedades, aumentando seu poder econômico e político. Reconhecer que um Estado estrangeiro pode comprar uma província, ou adquirir terras na fronteira ou com riqueza mineral, permite ver até onde o governo está disposto a ir com seu servilismo ao capital financeiro. Tratava-se da desintegração da Nação.

A lei votada no Senado, que o governo agora hesita em impulsionar seu debate e aprovação pelos deputados, mesmo que seus capítulos mais importantes tenham sido amputados, contém definições terríveis sobre despejos de casas e terras e sobre como dificultar futuras expropriações para dar “segurança jurídica” aos investidores.

Essa semana foi marcada por mais uma derrota para o governo e para Sturzenegger, promotor do Decreto 690/2026 que desregulamentou de forma abrangente o serviço de utilização e pilotagem em portos e vias navegáveis. Surpreendentemente, os práticos deixaram de fornecer serviços, o que paralisou mais de 140 navios, interrompeu exportações agroindustriais e afetou a logística de

combustível ligada a Vaca Muerta. Em três dias, tiveram que recuar e anular o decreto.

As enormes facilidades concedidas a investidores estrangeiros não conseguem atraí-los. O investimento estrangeiro direto sob este governo é negativo. O capital está deixando o país.

Não lhes convence um governo que tenta introduzir “reformas” pela força da repressão, chantagem de governadores e corrupção. Não lhes convence tampouco que não haja garantias de conseguir cumprir os vencimentos da dívida externa com credores privados. Não lhes convence um governo que, para “conquistar as ruas”, deve reprimir ferozmente um protesto popular.

São assombrados pelo fantasma de Macri, que, no meio de seu governo e tendo vencido as eleições de meio de mandato, tornou-se um cadáver político e nem sequer pôde ser reeleito, apesar das dezenas de bilhões de dólares doados pelo FMI por ordem de Trump.

A brutal repressão da mobilização contra a lei terminou em escândalo e crise política. Se o governo queria dar uma imagem de autoridade e força, conseguiu o oposto. A operação repressiva causou 1.500 feridos e 30 pessoas presas, que relatam terem sido espancadas. Uma fotojornalista sofreu um hematoma craniano e foi hospitalizada. A polícia apontou para o corpo, para os rostos dos manifestantes, sabendo que eles foram filmados e fotografados. Vários manifestantes apresentaram ferimentos no rosto causados por balas de borracha.

Com total impunidade, o inspetor Gustavo Antonio Gauna foi fotografado apontando uma espingarda tática carregada com balas de borracha, com roupa civil e sem identificação visível. Faz tempo que a presença de policiais à paisana nas manifestações é proibida. Foi uma das primeiras disposições que Patricia Bullrich revogou. Quem sabe quantos mais repressores estavam com a roupa civil, atirando ou espionando os manifestantes?

Por mais de seis horas, quatro forças de segurança reprimiram a manifestação em massa. “A operação repressiva, o uso desproporcional da força – mais de 100 granadas de gás lacrimogêneo, 4 hidrantes, centenas de balas de borracha e balas disparadas com spray de pimenta com byrna e spray de pimenta; a irresponsabilidade dos veículos policiais na contramão na 9 de Julio com a Avenida de Mayo, atirando em carros e ônibus e disparando gases no meio de uma tempestade, um fator agravante porque a baixa pressão faz com que os gases não se dispersem...”.

O governo nacional acusou os detidos de atacar a ordem constitucional e atos de terrorismo, assim como a grande mídia que responde a esse acontecimento. Qualquer crítica ou oposição ao governo é caracterizada como terrorismo, associando-se às definições fascistas do governo Trump. A ex-ministra Bullrich deixou o terreno bem preparado para a intensificação da repressão ao protesto social. Criou um setor especial na prisão de Ezeiza para detidos de “alto risco”, cujos direitos são diretamente suspensos, e consolidou o famoso Comando Unificado. São características da ditadura civil.

Desde o início, dissemos que a política de esmagar os direitos e destruir a Nação precisava de uma forma ditatorial para se impor. Que precisava de uma derrota das massas que buscam as formas de resistir a essa política, mesmo que as direções sindicais e políticas, as instituições da burguesia, estivessem encolhendo cada vez mais. Os revolucionários devem expressar conscientemente esta raiva e esta resistência, direcionando-as para a busca de seu próprio governo de operários e oprimidos da cidade e do campo, para que todos exploradores vão embora e nunca mais voltem!

Trotsky - China

Balanço e perspectivas da Revolução chinesa, seus ensinamentos aos países do Oriente e à IC como um todo

Apresentamos a seguir o III capítulo do livro de León Trotsky “Stálin o grande organizador de derrotas. A Internacional Comunista depois de Lênin”, dando sequência à apresentação feita no Massas 770, à lembrança da data de seu assassinato.



“A burguesia chinesa é realista o bastante e conhece bem de perto a figura do imperialismo mundial para compreender que uma luta realmente séria contra ele exige um impulso das massas revolucionárias de tal modo potente que, ao desencadeá-la, será ela mesma, a própria burguesia, que estará ameaçada”.

Dentre os equívocos da Internacional Comunista (IC) após a morte do Lênin (1924), a política desenvolvida no processo revolucionário chinês foi um dos mais graves. Nesse processo, a IC, sob a direção estalinista, defendeu não só que a revolução na China era democrático-burguesa, mas também que o proletariado, ou seja, o Partido Comunista Chinês deveria subordinar-se à direção da burguesia encarnada pelo Kuomintang, chegando a propor o ingresso do PCC no partido nacionalista. O projeto de programa para o VI Congresso da IC – objeto da crítica que compõe o livro – não apresentou nenhum balanço dessa experiência desastrosa, mas tentou justificar implicitamente a orientação equivocada e esconder os desastres provocados por essa direção.

No ponto sobre a “natureza da burguesia colonial”, Trotsky ataca o fundamento da política de Stálin e Bukharin: a ideia de que a opressão imperialista tornaria a burguesia nacional colonial intrinsecamente mais revolucionária que a burguesia dos países imperialistas. Denuncia a formulação presente no projeto de programa em que os autores [Bukharin e Stálin] afirmam que “Os acordos [com a burguesia nativa dos países coloniais] são admissíveis apenas na medida em que a burguesia realize uma luta efetiva contra o imperialismo”. Esses “acordos” aos que o projeto de programa se refere não são acordos circunstanciais e limitados, perfeitamente compreensíveis e muitas vezes inevitáveis, mas, coalisões políticas de longa duração, tão organicamente concebidas que a direção da IC manteve com o Kuomintang uma relação institucional excepcionalmente estreita, principalmente entre 1923 e 1927.

Na sua argumentação, Trotsky ironiza a exigência da burguesia “lutar efetivamente” contra o imperialismo, mostrando que a burguesia prometerá tudo que lhe permita depois enganar melhor e mais completamente os operários e camponeses – “com nossa ajuda”!

Contra a afirmação de Bukharin, segundo o qual “A burguesia liberal na China exerceu um papel objetivamente revolucionário na China por uma série inteira de anos, e não meses” – embelezando assim a burguesia para justificar o apoio da IC – se contrapõem as formulações de Lênin, que ensinava que a nação burguesa oprimida deve ser rigorosamente distinguida daquela que a oprime, deduzindo disso duas consequências de importância excepcional: no caso de uma guerra entre países imperialistas e coloniais, a guerra da nação colonial é uma guerra burguesa revolucionária; por outro lado, a exigência de distinguir entre a burguesia do país oprimido e a do país opressor não significa que a burguesia de um país colonial ou semicolonial, na época da luta pela libertação nacional, fosse mais progressista e mais revolucionária do que a burguesia

do país opressor. A questão da natureza e da política da burguesia “... é determinada por toda a estrutura interna de classe da nação que conduz à luta revolucionária, pela época histórica em que essa luta ocorre, pelo grau de dependência econômica, política e militar que une a burguesia nativa ao imperialismo mundial como um todo, ou a uma parte dele, e, finalmente (isso é o principal), pelo grau de atividade de classe do proletariado nativo e pelo estado de suas relações com o movimento revolucionário internacional”. E é nesse sentido que deve se entender a afirmação de que a burguesia chinesa sabia muito bem que se impulsionasse a intervenção das massas contra o imperialismo, ela própria estaria ameaçada pelo proletariado. Quanto mais uma revolução nacional mobilize operários e camponeses, mais a burguesia nacional temerá a revolução social e procurará um entendimento com o imperialismo.

Trotsky lembra, ademais, que se Kerensky, em 1917, continuou participando da guerra imperialista, a burguesia chinesa, que era “nacional”, “revolucionária” etc., também apoiou a intervenção norte-americana na guerra, esperando que a Entente ajudasse a libertar a China. E o próprio Sun Yat-Sen, em 1918, dirigiu-se aos governos da Entente com seus projetos de desenvolvimento econômico e libertação política da China. A postura do Kuomintang em relação ao imperialismo desde o início não foi revolucionária, mas inteiramente colaboracionista: o Kuomintang buscava derrotar os agentes de certas potências imperialistas para posteriormente iniciar negociações com essas mesmas potências ou com outras em termos mais vantajosos.

Do ponto de vista mais geral, o que deve ser considerado não é a atitude de cada burguesia nativa em relação ao imperialismo em geral, mas sua posição em relação às tarefas históricas revolucionárias que estão na ordem do dia em seu próprio país. No caso da China, a questão a responder era qual a classe social que podia encabeçar a luta pela emancipação nacional e derrotar o imperialismo: a burguesia ou o proletariado? A burguesia não se junta ao campo dos revolucionários por acaso, por leviandade, mas porque sofre a pressão de seus interesses de classe. Mas, “por medo das massas, abandona imediatamente a revolução ou manifesta abertamente contra ela um ódio até então oculto”.

“Nossa revolução é burguesa: é por isso que os trabalhadores devem apoiar a burguesia, dizem os políticos que não têm toda clareza e vêm do campo dos liquidadores. Nossa revolução é burguesa, dizemos nós marxistas; por isso os trabalhadores devem abrir os olhos do povo, fazendo-os enxergar as enganações dos políticos burgueses, ensiná-los a não acreditar em palavras, a contar apenas com suas próprias forças, sua organização, seu sindicato, seu armamento”. Esta tese de Lênin mantém todo o seu valor.

Durante 1927, o processo da revolução chinesa passou por abruptas e decisivas mudanças. Resumindo: Já em março de 1926, ocorreu o chamado Incidente do navio Zhongshan (ou incidente de Cantão) que Chiang Kai-shek utilizou como pretexto para prender comunistas e limitar sua influência no aparato militar e no Kuomintang; entre janeiro e março de 1927, em Wuhan, instalou-se um governo nacionalista de esquerda, enquanto Chiang Kai-shek se aproximava crescentemente dos setores conservadores e burgueses; em 12 de abril de 1927 ocorreu o Massacre de Xangai, Chiang Kai-shek aliado com setores empresariais, militares e organizações criminosas atacaram as milícias e sindicatos, prendendo milhares de comunistas, sindicalistas e militantes revolucionários executados ou desaparecidos nas semanas seguintes; depois da ruptura de Chiang, a Internacional Comunista passou a apoiar o chamado Kuomintang de esquerda, sediado em Wuhan; em julho de 1927, o Kuomintang de esquerda rompe com os comunistas; em agosto de 1927 ocorreu o Levante de Nanchang, sob direção do PCC a insurreição conquistou inicialmente a cidade, mas não conseguiu mantê-la; em dezembro de 1927 estourou a Insurreição de Cantão, organizada pelo PCC de modo aventureiro, quando foi proclamada uma espécie de governo soviético mas foi esmagada em poucos dias, com enorme repressão.

No ponto “As etapas da Revolução Chinesa”, Trotsky analisa a contradição entre a orientação da IC e o movimento das massas, pondo ênfase nas potencialidades que se manifestaram na luta dos oprimidos – principalmente na insurreição de Cantão – e a orientação da direção que levou a derrotas. O ponto de partida foi a política da Frente Única entre o Partido Comunista Chinês e o Kuomintang (KMT) de Sun Yat-sen. Em janeiro de 1923, foi formalizada a cooperação entre o governo nacionalista e a União Soviética. Moscou passou a fornecer assessoria, recursos e assistência militar ao Kuomintang. Quando em 1927 Chiang Kai-shek e o Kuomintang de esquerda rompem com os comunistas e os reprimem, a direção da IC abruptamente “resolve” provocar uma insurreição, uma aventura que resulta em tragédia.

Analisando esse processo Trotsky observa que “... justamente quando a dialética de classes da revolução, após o esgotamento de todos os outros recursos, colocou a ditadura do proletariado na ordem do dia e arrastou milhões de pessoas oprimidas e deserdadas das cidades e do campo para o primeiro plano, o Comitê Central da IC destacou a consigna da ditadura democrática (ou seja, democracia burguesa) de operários e camponeses. A resposta a essa fórmula foi a insurreição de Cantão, que, apesar de seu caráter prematuro e de sua direção aventureira, mostra que a nova etapa, a terceira, será a futura revolução chinesa. É necessário insistir nisso”.

Aqui se manifestou a chave para uma verdadeira solução dos problemas democrático-burgueses: “será necessário que todo o poder se concentre nas mãos do proletariado”. Nesse sentido, vale reproduzir o que o jornal Pravda noticiou a respeito do efêmero poder soviético de Cantão: “No interesse dos operários, o Soviete de Cantão decidiu... o controle da produção pelos operários e a realização desse controle pelos comitês de fábrica..., a nacionalização da grande indústria, transporte e bancos. Confisco de todas as moradias da grande burguesia em proveito dos trabalhadores”. E, em que pese o Comitê Executivo da IC nunca ter falado da ditadura proletária ou de medidas socialistas, “... o golpe revolucionário contra o Kuomintang levou automaticamente à ditadura do proletariado; desde seus primeiros passos, devido à situação geral, teve de aplicar medidas mais radicais do que as tomadas no início da Revolução de Outubro. E esse fato, apesar de sua aparência paradoxal, geralmente deriva tanto das relações sociais na China quanto de todo o desenvolvimento da revolução”. Para Trotsky, estas medidas adotadas pelas massas insurretas indicam que “... para a terceira revolução chinesa, não apenas a fórmula da ditadura democrática finalmente expirou, senão que, apesar de seu grande atraso, ou melhor, por causa desse atraso, a China não passará, ao contrário da Rússia, por um período ‘democrático’, nem mesmo de duração de seis meses, como ocorreu de novembro de 1917 a julho de 1918 durante a Revolução de Outubro”.

30 – MASSAS 771 – 30 de agosto a 12 de setembro - 2026

No ponto “Ditadura democrática ou ditadura do proletariado?” Trotsky denuncia o caráter pernicioso do reaquecimento que a direção da IC fazia da consigna original do Lênin, porém superada pelo desenvolvimento concreto do processo revolucionário na Rússia. Analisando inicialmente uma resolução da direção da III Internacional de 1928, em que se afirma que “O período atualmente em curso da revolução chinesa é o da revolução burguesa e democrática, que não foi completada nem do ponto de vista econômico (transformação agrária e abolição das relações feudais), nem do ponto de vista da luta contra o imperialismo (unidade da China e independência nacional), nem do ponto de vista do caráter de classe do poder (ditadura do proletariado e do campesinato)”, Trotsky desenvolve a crítica programática nas condições práticas da revolução. Ou seja, de acordo com a resolução, “a revolução não estava terminada nem do ponto de vista da transformação agrária nem da luta nacional contra o imperialismo. Daí decorreria o caráter burguês-democrático da revolução chinesa no período atual”, a conclusão que se impõe então é que a terceira revolução chinesa teria um caráter burguês-democrático, já que a segunda revolução chinesa de 1925-27 não resolveu nem a questão agrária nem a questão nacional. Segundo Trotsky, este raciocínio descansa sobre uma completa incompreensão da experiência chinesa e russa, pois, Revolução de Fevereiro de 1917 havia deixado todos os problemas internos e internacionais da Rússia sem solução: feudalismo no campo, a velha burocracia, guerra e desastre econômico. Foi com base nessa situação que não apenas os socialistas revolucionários e mencheviques, mas também muitos dirigentes bolcheviques, tentaram demonstrar a Lênin que “o período atual da revolução era o de uma revolução burguesa-democrática”. Sobre esse ponto essencial, a resolução do Comitê Executivo da Internacional Comunista apenas repete as objeções feitas pelos oportunistas a Lênin em 1917, para se oporem à luta pela ditadura do proletariado, quando do debate das suas Teses de Abril.

No texto, também se afirma que a revolução burguesa-democrática não está terminada não apenas do ponto de vista econômico e nacional, mas também “do ponto de vista da natureza de classe do poder (ditadura do proletariado e dos camponeses)”. Isso, na prática, significa a proibição do proletariado chinês de lutar pelo poder até que haja um governo “verdadeiramente” democrático na China – entenda-se: da burguesia. Diante disso, Trotsky destaca que “A China ainda deve passar por uma luta gigantesca, amarga, sangrenta e prolongada por conquistas elementares como a liquidação das formas mais ‘asiáticas’ de servidão, a emancipação e a unidade do país. Mas, como o curso dos acontecimentos mostrou, é justamente esse fato que torna impossível a existência de uma direção, ou mesmo uma semidireção burguesa, da revolução no futuro”.

“Quanto à ‘natureza de classe do poder’, a ‘ditadura’ socialista revolucionária e menchevique deu o que podia dar: o aborto do duplo poder. No que diz respeito à transformação agrária, a revolução pariu um bebê saudável e forte no mundo, mas foi a ditadura do proletariado que atuou como parteira. Em outras palavras, tudo o que a fórmula teórica da ditadura do proletariado e do campesinato tentava unir foi decomposto no curso da luta de classes”. Se a etapa burguesa e democrática for entendida como a realização da revolução agrária por meio da ditadura “democrática”, então foi a Revolução de Outubro que ousadamente saltou “sobre” a etapa burguesa. Então Trotsky conclui: “Quando não só o papel da burguesia chinesa, mas também o da ‘democracia’ estiver plenamente revelado, quando se tornar absolutamente indiscutível que, em batalhas futuras, a ‘democracia’ exercerá suas funções de carrasco, com ainda mais vigor do que no passado, defender neste momento a consigna de ditadura democrática do proletariado e do campesinato é simplesmente dissimular novas variantes do Kuomintang, é armar uma cilada para o proletariado”.

No ponto sobre “Os soviets e a revolução”, Trotsky critica a deformação que a direção da IC faz desse instrumento da classe operária. Lembrando que até pouco antes dos desastres de 1927 os estalinistas haviam se oposto à estruturação dos soviets, defendida pela Oposição de Esquerda, mas, após a ruptura do Kuomin-

tang com os comunistas e no contexto da aventura da insurreição em Cantão, decretaram administrativamente a estruturação de sovietes improvisados.

“Lênin já havia explicado aos mencheviques que a tarefa histórica fundamental dos sovietes é organizar ou ajudar a organizar a conquista do poder; e imediatamente após a vitória eles devem se tornar o aparato desse poder. Os epígonos (e não os discípulos) chegaram à conclusão de que os sovietes não podem ser organizados até que chegue a hora da insurreição. Eles então transformam a generalização leninista em uma receita breve e pequena que, longe de servir à revolução, a coloca em risco..., mas imaginar que os operários chineses poderão levantar sovietes com a ajuda de uma receita curta para substituir a generalização leninista é substituir a dialética da ação revolucionária por uma prescrição impotente e tediosamente pedante. A tarefa dos sovietes não é simplesmente chamar as massas à insurreição ou desencadeá-la, mas, fundamentalmente, conduzi-las à sublevação através de todas as etapas necessárias”.

É inegável que a forma soviética de organização pode ser de enorme importância, mas somente quando expressa, no momento certo, uma linha política correta. No entanto, pode adquirir um significado negativo igualmente amplo quando é transformada em uma ficção, um fetiche, uma casca vazia.

“Opusemos-nos a que se improvisassem na Alemanha sovietes por telegrafo em 1923. Estávamos em defesa da criação dos sovietes na China em 1926. Nós nos opusemos à criação de um soviete de carnaval em Cantão em dezembro de 1927. Não há nenhuma contradição. Pelo contrário, há uma profunda unidade na concepção da dinâmica do movimento revolucionário e de suas formas de organização”.

No ponto “A ideia reacionária dos ‘partidos operários e camponeses’ bipartites para o Oriente”, Trotsky defende o papel central do Partido Comunista, de sua completa independência e de seu caráter de classe intransigente. Nesse caminho, observa que o maior perigo é a criação dos chamados partidos “operários e camponeses” nos países orientais. E fazendo um balanço das avaliações propositadamente infladas da direção da IC, segundo a qual o Kuomintang era constituído por operários e camponeses na proporção de nove décimos – apenas para justificar sua política de dissolver o PCC no partido nacionalista – aponta para “(1) a impossibilidade da existência de um partido bipartite, ou seja, de um partido de duas classes que expressam simultaneamente duas linhas históricas contraditórias, a do proletariado e a da pequena burguesia; (2) a impossibilidade de formar na sociedade capitalista

um partido camponês que tenha um papel independente, ou seja, que expresse os interesses do campesinato e, ao mesmo tempo, seja independente do proletariado e da burguesia”.

O marxismo sempre ensinou que o proletariado e o campesinato são duas classes diferentes, que é errado identificar seus interesses, de qualquer forma, na sociedade capitalista, e que um camponês só pode ingressar em um partido comunista na medida em que passa do ponto de vista do proprietário para o do proletariado. Nos países capitalistas, as organizações chamadas de partidos camponeses são, na verdade, são uma variação de partidos burgueses. A ideia dos partidos operários e camponeses parece ter sido especialmente concebida para permitir a camuflagem de partidos burgueses forçados a buscar apoio entre os camponeses, mas também desejosos de ter operários em suas fileiras. “A partir desse momento, o Kuomintang ficou para sempre para a história como o exemplo clássico de um partido desse tipo”. Trotsky cita Lênin, que escrevera em 1906: “Um último conselho: proletários e semi-proletários das cidades e do campo, organizem-se separadamente. Não confiem em nenhum pequeno dono, mesmo pequeno, nem mesmo ‘trabalhador’... Apoiemos plenamente o movimento camponês, mas devemos lembrar que é o movimento de outra classe, não o daquela que pode e vai realizar a transformação socialista”. Lênin não perdeu nenhuma oportunidade de repetir que, em uma sociedade onde predominam as relações capitalistas, existem só duas forças que decidem: a burguesia e o proletariado.

Na “Conclusão”, Trotsky escreveu: “O Congresso não se reúne há quatro anos. A IC viveu nove anos sem um programa codificado. No momento, há apenas uma forma de abordar a questão: decidir que o Sétimo Congresso ocorra em um ano, e pôr fim de uma vez por todas às tentativas de usurpar os direitos supremos da IC, restabelecer em todos os partidos e, portanto, na própria Internacional, um regime normal que torne possível uma discussão real do projeto de programa e que torne possível opor a este projeto eclético um projeto marxista-leninista. Para a IC, para as assembleias e conferências de seus partidos, para a imprensa, não deve haver questões proibidas. É necessário, durante este ano, arar todo o campo profundamente com o arado do marxismo”.

A vigorosa e lúcida crítica que Trotsky desenvolveu neste livro não teve o resultado que ele se propunha - o de reformar o regime da IC e do PCUS, devolvendo o partido ao proletariado, e fazendo que retomasse o seu papel de guia para a tomada do poder e, portanto, da revolução proletária no mundo inteiro. Permanece como um pilar na defesa do partido e do método marxista aplicado à tática e à estratégia revolucionárias.

LANÇAMENTO

Adquira já com o distribuidor do jornal Massas da sua região

FASCISMO
★
O que é e como combatê-lo

Extratos de
Leon Trotsky

A publicação desta coletânea sobre o fascismo faz parte da iniciativa da vanguarda marxista-leninista-trotskista de compreender a luta de classes e construir o partido revolucionário.

R\$ 5

POR PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO



Trotsky e Nós
Guillermo Lora

R\$ 5

Adquira com o distribuidor do Massas:

POR PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

4 MASSAS





88 anos da fundação da IV Internacional

A IV Internacional foi fundada em 3 de setembro de 1938. Trotsky, que encarnou o combate ao estalinismo, por meio da Oposição de Esquerda, encabeçou a construção de uma nova Internacional assentada nos fundamentos herdados da III Internacional da época de Lênin. No Congresso de sua função, foi aprovado o Programa de Transição.

O Partido Operário Revolucionário (POR), por ocasião dos 80 anos da IV Internacional e dos 78 anos dos assassinato de Trotsky, publicou o livro “Pôr em pé o Partido Mundial da Revolução Socialista. Reconstruir a IV Internacional”. Trata-se de um livro que reúne documentos históricos desde 1933, momento em que Trotsky considera que não era mais possível recuperar a III Internacional, lançando a “Carta Aberta pela criação da IV Internacional”, em maio de 1935, até o Programa de Transição. Nesse livro, consta os artigos de Guillermo Lora sobre a necessidade histórica do Partido Mundial e os documentos de formação do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional. Por fim, três artigos do POR no Brasil sobre a Oposição de Esquerda Russa e a Fundação da IV Internacional.

Nesses 88 anos da fundação da IV Internacional, o CERQUI realizou em agosto uma Escola de Quadros Internacional, retomando os documentos de Guillermo Lora sobre a tarefa de reconstruir o Partido Mundial e a vigência do Programa de Transição.

Publicamos abaixo uma discussão com Trotsky sobre o Programa de Transição.

Uma discussão com Trotsky sobre o Programa de Transição

junho de 1938

O significado do programa é o sentido do Partido. O Partido representa a vanguarda da classe operária. O Partido é composto por uma seleção dos militantes mais conscientes, mais avançados, mais devotados e o Partido pode desempenhar um papel político e histórico importante sem relação direta com a sua força numérica. Pode ser um pequeno Partido e desempenhar um grande papel. (...) O que é o Partido? Em que consiste a sua coesão? Essa coesão é uma compreensão comum dos acontecimentos, das tarefas, e essa compreensão comum é o programa do Partido. Tal como os operários modernos (mais do que os bárbaros) não podem trabalhar sem instrumentos, no Partido o programa é o instrumento. Sem o programa, cada operário tem de improvisar o seu instrumento, encontrar instrumentos improvisados, e um contradiz o outro. Só quando a vanguarda está organizada na base de concepções comuns é que podem agir.

Pode-se dizer que, até agora, não tivemos programa. No entanto, agimos. É que esse programa estava formulado em diferentes artigos, moções etc. Nesse sentido, o projeto de programa não anuncia uma nova invenção, não é a obra de um só homem, mas o resultado de um trabalho coletivo elaborado até hoje. Mas um tal resumo é absolutamente necessário para dar aos camaradas uma idéia clara da situação, uma compreensão comum. Os pequeno-burgueses, anarquistas e intelectuais têm medo de admitir dar a um Partido ideias comuns, uma atitude comum. Ele não é imposto a ninguém, porque, quem quer que se junte ao partido o faz voluntariamente. (...) O programa para a classe operária não pode cair

do céu, só podemos chegar a uma compreensão da sua necessidade. (...) O programa é a expressão da necessidade, que aprendemos a compreender e que, uma vez que a necessidade é a mesma para todos os membros da classe, podemos atingir uma compreensão comum das tarefas e essa compreensão é o programa.

Podemos ir mais longe e dizer que a disciplina do nosso partido deve ser muito estrita porque somos um Partido revolucionário que tem de enfrentar poderosos inimigos conscientes dos seus interesses, e, agora, não somos apenas atacados pela burguesia, mas também pelos estalinistas, os agentes mais odiosos da burguesia. É necessária uma disciplina absoluta, mas que deve vir de uma compreensão comum. Se essa disciplina é imposta de fora, é um jugo. Se vem da compreensão é a expressão da personalidade, mas, sem isso, é um jugo. Portanto, a disciplina é a expressão da minha livre individualidade. Não é uma oposição entre a vontade pessoal e o Partido, uma vez que eu aderi a ele pela minha própria vontade. Essa é igualmente a base do programa, que só pode assentar numa base política e moral segura se o compreendermos a fundo.

PORQUE É QUE O PROJETO DE PROGRAMA NÃO É COMPLETO

O projeto de programa não é um programa completo. Podemos dizer que há coisas que faltam neste projeto de programa e há coisas que, pela sua própria natureza, não dizem respeito ao programa. As coisas que não pertencem ao programa são os comentários. Este programa não contém apenas palavras de ordem, mas também comentários e polêmicas contra os nossos adversários. Mas não é um programa completo.

Um programa completo deveria dar uma expressão teórica da sociedade capitalista moderna na sua fase imperialista. As razões da crise, do crescimento do desemprego, etc. Neste projeto essa análise só é brevemente sumariada no primeiro capítulo, dado que já temos tratado essas questões em artigos, em livros etc... Escreveremos ainda mais e melhor. Mas como somos todos da mesma opinião, o que aqui se diz é suficiente para as necessidades práticas.

O princípio do programa não é completo. O primeiro capítulo é apenas uma sugestão e não uma expressão completa. O fim do programa também não é completo, dado que não falamos aí da revolução social, da tomada do poder pela insurreição, da transformação da sociedade capitalista em ditadura e da ditadura em sociedade socialista. O leitor só é levado até à soleira da porta. É um programa de ação de hoje até ao início da revolução socialista. E do ponto de vista prático, o mais importante, atualmente, é saber como podemos dirigir as diferentes camadas do proletariado para a via da revolução socialista. (...)

O programa é apenas uma primeira aproximação. É muito geral da maneira como está apresentado para a próxima Conferência Internacional. Exprime a tendência geral do desenvolvimento mundial. Temos um curto capítulo referente aos países coloniais e semicoloniais, um capítulo a respeito dos países fascistas, um capítulo sobre a União Soviética, e assim sucessivamente. É evidente que as características gerais da situação mundial são semelhantes, visto decorrerem todas da pressão da economia imperialista, mas cada país tem as suas características particulares e uma política realista deve começar por considerar essas condições particulares em cada país e em cada parte do país. É por isso que a primeira tarefa de cada camarada nos Estados Unidos é a de fazer um estudo muito sério do programa.

Há dois perigos na elaboração do programa. O primeiro é o de se ater a linhas gerais abstratas e repetir as palavras de ordem gerais sem nenhuma relação com os sindicatos locais. Essa é a di-

reção do sectarismo abstrato. O outro perigo é o oposto, o de se adaptar demasiado às condições específicas, de se descuidar da linha revolucionária geral. Penso que nos Estados Unidos, o segundo perigo é o mais imediato. Lembro-me nesse aspecto muito particularmente do caso do armamento dos piquetes de greve etc. Alguns camaradas temiam que não fosse apropriado para os operários etc. (...)

Durante a última discussão, notei que a parte teórica do programa, como a análise geral da sociedade, não está completamente dada neste projeto, mas que é substituída por algumas breves alusões. Por outro lado, o projeto não contém um capítulo sobre a revolução, a ditadura do proletariado e a construção da sociedade depois da revolução. Só o período transitório é desenvolvido. Repetimos, por várias vezes, que o caráter científico da nossa atividade consiste no fato de que nós adaptamos o nosso programa não às conjunturas políticas ou à disposição das massas tal como se apresenta hoje, mas à situação objetiva representada pela estrutura econômica de classe da sociedade. A mentalidade das massas pode ser atrasada; nesse caso, as tarefas políticas do partido consistem em pôr a mentalidade das massas em harmonia com os fatos objetivos, em fazer compreender aos operários quais são as tarefas objetivas.

Mas não podemos adaptar o programa às mentalidades atrasadas dos operários; a mentalidade, a disposição, são um fator secundário - o fator primordial é a situação objetiva. Foi por isso que ouvimos críticas e apreciações que diziam que há partes no programa que não estão adaptadas à situação. (...)

O nosso programa deve estar adaptado à situação objetiva. Pergunto: que deveríamos fazer? Adaptar o nosso programa à situação objetiva ou à mentalidade dos operários? E penso que essa questão deve ser posta a todos os camaradas que dizem que o nosso programa não está adaptado à situação na América. Este programa é um programa científico. É baseado numa análise objetiva da situação objetiva. Não pode ser compreendido no seu conjunto pelos operários. (...) O que é que queremos dizer com situação objetiva? Aqui devemos analisar as condições objetivas para uma revolução social. Essas condições estão expostas nas obras de Marx-Engels e permanecem inalteradas na sua essência nos dias de hoje. Em primeiro lugar, dizia Marx, nenhuma sociedade desaparece antes de ter esgotado todas as suas possibilidades. Que significa isso? Que não podemos eliminar uma sociedade por uma vontade subjetiva, que não podemos organizar uma insurreição como o fizeram os blanquistas. Que significam as "possibilidades"? Que uma "sociedade não pode desaparecer"?

Enquanto a sociedade for capaz de desenvolver as forças produtivas e de enriquecer a nação, permanece forte e estável. Foi a condição da sociedade baseada no escravagismo, no feudalismo, e da sociedade capitalista. Aqui chegamos a um ponto muito interessante, que analisei anteriormente na minha introdução ao "Manifesto Comunista". Marx e Engels esperaram uma revolução durante toda a sua vida. E, sobretudo durante os anos de 1848-50, esperavam uma revolução social. Por quê? Eles diziam que o sistema capitalista se tinha tornado uma trava ao desenvolvimento das forças produtivas. Era correto? Sim e não.

Era correto no sentido em que se os operários tivessem sido capazes de satisfazer as necessidades do século XIX de tomar o poder, o desenvolvimento das forças produtivas teria sido mais rápido e a nação mais rica. Mas como os operários não conseguiram, o sistema capitalista perdurou, com as suas crises etc. Não obstante, a linha geral era ascendente. A última guerra de 1914-18 foi o resultado da estreiteza do mercado mundial para o desenvolvimento das forças produtivas e cada nação tentava eliminar todas as outras com o objetivo de se apoderar do mercado mundial. Não o conseguiram e agora verificamos que a sociedade capitalista entra numa nova fase. Foram muitos os que disseram que era o resultado de que a sociedade esgotou as suas possibilidades.



A guerra mais não foi do que a expressão da incapacidade de uma maior extensão. Depois da guerra, tivemos a crise histórica cada vez mais aguda. O desenvolvimento capitalista foi em todo o lado caracterizado pela prosperidade e em seguida pelas crises, mas o número de crises e de períodos de prosperidade aumentava. No início da guerra, vemos que os ciclos das crises e dos períodos de prosperidade formam uma linha declinante. Isso significa, agora, que a sociedade esgotou totalmente as suas possibilidades internas e tem de ser substituída por uma nova sociedade, ou então a sociedade antiga irá à barbárie, tal como a civilização da Grécia e de Roma porque tinha esgotado as suas possibilidades e não podia ser substituída por uma outra classe.

Três condições para uma nova sociedade. Tal é o problema atualmente e muito em especial nos Estados Unidos. A primeira condição para uma nova sociedade é que as forças produtivas estejam suficientemente desenvolvidas para dar à luz a um nível superior. As forças produtivas estarão suficientemente desenvolvidas para isso? Sim, estavam suficientemente desenvolvidas no século XIX - não tanto como nos nossos dias - mas suficientemente. Hoje, especialmente nos Estados Unidos, seria muito fácil a um bom estatístico demonstrar que, se as forças produtivas americanas fossem libertadas, poderiam ser duplicadas e triplicadas, mesmo atualmente. Penso que os nossos camaradas deveriam fazer observações estatísticas desse tipo.

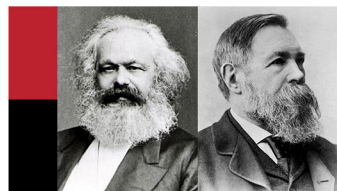
A segunda condição: tem de haver uma classe progressiva, que seja suficientemente numerosa e que tenha influência econômica suficiente para impor a sua vontade à sociedade. Essa classe é o proletariado. Ela deve representar a maioria da nação, ou ter a possibilidade de dirigir a maioria. Na Inglaterra, a classe operária representa a maioria absoluta. Na Rússia, era uma minoria, mas tinha a possibilidade de dirigir os camponeses pobres. Nos Estados Unidos, a classe operária representa pelo menos metade da população, mas tem a possibilidade de dirigir os camponeses.

A terceira condição é o fator subjetivo. Essa classe tem de compreender a posição que ocupa na sociedade e possuir as suas próprias organizações. É a condição que falta atualmente do ponto de vista histórico. Do ponto de vista social, não é somente uma possibilidade, mas uma necessidade absoluta, no sentido em que será socialismo ou barbárie. Essa é a alternativa histórica.

A ideologia dos operários não faz parte dos fatores objetivos? Para nós, pequena minoria, o conjunto é objetivo, a mentalidade dos operários a inclui. Mas nós devemos analisar e classificar os elementos da situação objetiva que podem ser transformáveis pela nossa propaganda e os que o não podem ser. É por isso que dizemos que o programa está adaptado aos elementos fundamentais e estáveis da situação objetiva e a nossa tarefa consiste em adaptar a mentalidade das massas a esses fatores objetivos. É uma tarefa pedagógica a de adaptar a mentalidade. Devemos ter paciência etc. A crise da sociedade é a base para a nossa atividade. A mentalidade é a arena política da nossa atividade. Devemos dar uma explicação científica da sociedade e explicá-la claramente às massas. É essa a diferença entre marxismo e reformismo.

Os reformistas sabem farejar o que as pessoas querem ouvir - como Norman Thomas - e dão-lhes isso. Mas isso não é uma atividade revolucionária séria. Devemos ter a coragem de ser impopulares, de dizer: “você são uns idiotas”, “você são estúpidos”, “eles estão a trair”, de fazer um escândalo e de defender as nossas idéias com paixão. De tempos em tempos, é necessário chacoalhar de novo - tudo isso faz parte da arte da propaganda. Mas isso deve

ser feito cientificamente, e não deve estar ligado à mentalidade das massas. (...) Alguns camaradas podem estar de acordo em abstrato com este programa, mas será que temos camaradas suficientemente experimentados para fazer penetrar as nossas palavras de ordem nas massas? Eles estão de acordo em abstrato, mas que posso eu fazer com os operários atrasados no meu sindicato?



▶ **Assimilando o socialismo científico** **A Base da Família (parte I)**

Dando continuidade à exposição da concepção e conceitos do socialismo científico, iniciada no número 761 do Jornal Massas, apresentamos extratos do Prefácio escrito por Karl Marx na sua Contribuição à Crítica da Economia Política publicada em 1859, em que antecipa algumas das análises que desenvolveu em O Capital. Seleccionamos as passagens sobre o “Método da Economia Política”, que constitui a terceira parte da “Introdução à Crítica da Economia Política”. No Jornal Massas 765, publicamos uma síntese das formulações de Engels sobre a dialética e completamos com um comentário de Lênin. No Massas 766, retomamos a publicação em continuidade à formulação de Marx sobre as transformações históricas e o lugar das forças produtivas. O Massas 767 trouxe a formulação de Marx e Engels sobre a relação entre a consciência e a realidade, que se encontra no livro “A Ideologia Alemã”. No número seguinte do Jornal Massas, transcrevemos as formulações correspondentes à concepção marxista sobre a religião. No Massas 769, apresentamos as formulações de Engels sobre o Estado. No Massas 770, seleccionamos as formulações de Engels sobre a base da família. Devido à extensão, dividimos em três partes. Neste número, publicamos a segunda parte. Conservamos o último parágrafo da primeira parte para dar sentido à sequência.

A BASE DA FAMÍLIA

(...) De forma alguma o casamento monogâmico teve sempre e em toda a parte a forma classicamente severa que tomou entre os gregos. Entre os romanos, que, como futuros conquistadores do mundo, tinham uma visão mais ampla, embora menos requintada, do que os gregos, as mulheres eram mais livres e mais respeitadas. Um romano considerava que o seu poder de vida e de morte sobre a mulher garantia, de forma mais do que suficiente, a fidelidade conjugal dela. Além disso, neste caso, a mulher - tal como o marido - podia dissolver o casamento se o desejasse. Mas o maior progresso no desenvolvimento do casamento veio certamente com a entrada dos germanos na história; isto porque os germanos - muito provavelmente devido à sua pobreza - se encontravam numa fase em que, ao que parece, a monogamia ainda não se distinguia perfeitamente do casamento por pares. Inferimos isto de três fatos mencionados por Tácito.

Em primeiro lugar, embora se tivesse grande reverência pelo casamento - “eles contentam-se com uma mulher, as mulheres vivem resguardadas pela castidade” -, a poligamia era a regra para os membros categorizados e para os chefes da tribo, estado de coisas semelhante ao existente entre os americanos de origem, em que o casamento por pares era a regra. Em segundo lugar, a transição de matriarcado para patriarcado só podia ter sido feita pouco tempo antes, pois o irmão da mãe - no matriarcado o parente masculino mais chegado da gens - era ainda considerado parente quase mais próximo do que o pai, o que corresponde também ao ponto de vista dos índios americanos, entre os quais Marx - como frequentemente afirmou - encontrou a chave para a compreensão da nossa própria idade primitiva. E em terceiro lugar, as mulheres eram grandemente respeitadas entre os germanos, e também influentes nos negócios públicos, o que está em contradição direta com a supremacia dos homens na monogamia.

Em quase todos estes pontos o caso dos germanos coincide com o dos espartanos, entre os quais o casamento por pares não tinha sido ainda completamente superado. Assim, uma influência

inteiramente nova alcança o poder no mundo com os germanos. A nova monogamia, que então se desenvolveu a partir da fusão de povos entre as ruínas do mundo romano, revestiu a supremacia do homem de formas mais suaves e deu às mulheres uma posição em que, pelo menos exteriormente, eram muito mais livres e respeitadas do que alguma vez o tinham sido na Antiguidade Clássica. Só agora estavam realizadas as condições em que, através da monogamia - ou, conforme os casos, dentro dela, paralelamente ou em oposição a ela -, foi alcançado o maior progresso moral que lhe devemos: o amor sexual individual moderno, que até então era desconhecido no mundo inteiro.

Sem qualquer dúvida, porém, esse progresso teve origem no fato de os germanos viverem ainda em famílias por grupos e terem transplantado a correspondente posição da mulher para o sistema monogâmico, tanto quanto isso era possível. Tal progresso não nasceu, decididamente, da virtude lendária e da maravilhosa pureza moral do caráter germano, que não era senão a liberdade da família por grupos em comparação com as gritantes contradições morais da monogamia. Pelo contrário, durante suas migrações os germanos tinham-se deteriorado moralmente, em particular durante as migrações para sudeste, entre os nômades das estepes do Mar Negro, de quem adquiriram não apenas a destreza equestre, mas também vícios enormes e desnaturados (...).

Mas se a monogamia é a única de todas as formas de família conhecidas através da qual o amor sexual moderno se pôde desenvolver, isso não significa que, dentro da monogamia, este tipo de amor se tenha desenvolvido exclusiva e mesmo principalmente como amor do marido e da mulher pelo outro. Tal era impedido pela própria natureza do casamento estritamente monogâmico sob o controle do homem. Entre todas as classes historicamente ativas - isto é, entre todas as classes dominantes -, o casamento continuou o que tinha sido desde o casamento por pares: uma questão de conveniência que era combinada pelos pais.

A primeira forma histórica de amor sexual como paixão reconhecida como natural a todos os seres humanos (pelo menos se eles pertenciam às classes dominantes) e como forma suprema do impulso sexual - e é isso que constitui o seu caráter específico -, essa primeira forma de amor sexual individual, o amor cavalheiresco da Idade Média, não era de forma alguma conjugal. Muito pelo contrário. Na sua forma clássica entre os provençais aponta diretamente para o adultério, e os poetas do amor cantavam o adultério. A flor da poesia de amor provençal são as albas (aubades, canções do alvorecer). Descrevem em cores brilhantes como o cavaleiro jaz no leito, ao lado da amada - esposa de outro homem -, enquanto lá fora se encontra o guarda que o chama, quando mal aparecem os primeiros tons do alvorecer (alba), para que ele possa sair sem ser observado; a cena da despedida forma então o clímax do poema. Os franceses do Norte e os virtuosos alemães adotaram este tipo de poesia, com a correspondente forma de amor cavalheiresco; o velho Wolfram de Eschenbach deixou-nos três maravilhosas canções de alba sobre este tema inconveniente, canções que prefiro aos seus três longos poemas heroicos.

Casamento e religião

Hoje em dia há duas maneiras de concluir um casamento burguês. Nos países católicos, os pais, como antes, procuram para o seu jovem filho burguês e esposa conveniente, e a consequência é, naturalmente, o pleno desenvolvimento da contradição inerente: o marido entrega-se ao heterismo e a mulher ao adultério. Provavelmente, a única razão por que a Igreja Católica aboliu o divórcio foi ter-se convencido de que a cura do adultério é tão impossível como a da morte. Por outro lado, nos países protestantes, a regra é ser permitido ao filho de uma família burguesa, com mais ou menos liberdade, escolher uma mulher dentro da sua própria classe; assim, pode haver um elemento de amor no casamento, como, de fato, de acordo com a hipocrisia protestante, se supõe sempre, a bem da decência. Aqui, o heterismo do marido é de uma espécie mais latente e o adultério da mulher menos generalizado. Mas, visto que em todas as formas de casamento as pessoas se mantêm o que eram antes, e os burgueses dos países protestantes são na maioria filisteus; tudo quanto esta monogamia consegue - tirando a média aos casos melhores - é a partilha conjugal de um pesado aborrecimento, conhecido por "felicidade doméstica".

O melhor espelho destes dois métodos de casamento é o romance - o romance francês para o católico e o alemão para o protestante. Em ambos, o herói "consegue-os": no alemão, o jovem obtém a moça; no francês, o marido obtém os cornos. Qual dos dois está pior, é por vezes discutível. É por isso que o burguês francês se aterroriza tanto com a falta de ação do romance alemão como o filisteu alemão com a "imoralidade" do francês. Contudo, agora que "Berlim é uma capital mundial", o romance alemão começa, com um pouco menos de timidez, a usar o heterismo e o adultério há muito familiares a esta cidade como parte dos seus recursos habituais.

Em ambos os casos, porém, o casamento é condicionado pela posição de classe de ambos os participantes e, nessa medida, é sempre um casamento de conveniência. Em ambos os casos este casamento de conveniência se transforma frequentemente na mais grosseira prostituição - algumas vezes de ambos os cônjuges, mas com muito mais frequência da mulher, que apenas difere da corte-sã vulgar na medida em que não aluga o seu corpo por empreitada, como uma trabalhadora assalariada, mas o vende de uma vez para sempre, em escravatura. E as palavras de Fourier são válidas para todos os casamentos de conveniência: "Tal como na gramática duas negativas fazem uma afirmativa, assim na moral do matrimônio duas prostituições passam por uma virtude³⁷". O amor sexual na ligação com uma mulher torna-se - e apenas aí pode tornar-se - a verdadeira regra entre as classes oprimidas, o que, hoje

em dia, quer dizer entre o proletariado - quer esta relação esteja oficialmente sancionada ou não. Mas neste caso todas as bases da monogamia típica foram afastadas. Não há propriedade, para cuja preservação e herança foram estabelecidas a monogamia e a supremacia masculina; por isso, não há incentivo para tornar efetiva esta supremacia. O que é mais, não há meios para o fazer.

Jurisprudência e relações de classe

A lei da burguesia, que protege a supremacia masculina, apenas existe para a classe proprietária e para as suas relações com os proletários. A lei custa dinheiro e, devido à pobreza do trabalhador, não tem validade para a sua relação com a mulher. São circunstâncias pessoais e sociais muito diversas que decidem. E agora que a grande indústria atirou a mulher de casa para o mercado de trabalho e para a fábrica, fazendo-a muitas vezes o ganha-pão da família, não resta na família proletária base para qualquer espécie de supremacia masculina - exceto, talvez, algo da brutalidade para com as mulheres que se espalhou a partir da introdução da monogamia. Por consequência, a família proletária já não é monogâmica em sentido estrito, mesmo quando há de ambos os lados amor apaixonado e a mais firme lealdade e mesmo todas as bênçãos da autoridade religiosa e civil. Assim, os eternos acompanhantes da monogamia - heterismo e adultério - representam apenas um papel quase a desaparecer. A mulher reconquistou de fato o direito de dissolver o casamento, e se duas pessoas não se dão bem uma com a outra, preferem separar-se. Em suma: o casamento proletário é monogâmico no sentido etimológico da palavra, mas de forma alguma o é no sentido histórico.

Os nossos juristas, é claro, acham que o progresso legislativo está deixando as mulheres sem mais razões de queixa. Os modernos sistemas de Direito da civilização reconhecem cada vez mais, em primeiro lugar, que, para um casamento ser legal, tem de ser um contrato celebrado livremente por ambos os contraentes e, em segundo lugar, que também depois de casados ambos se encontram numa posição comum de direitos e deveres iguais. Se ambos estes requisitos fossem cumpridos de forma consequente - dizem os juristas - as mulheres têm tudo quanto podem exigir.

Este método de argumentação tipicamente legalista é exatamente o mesmo que o burguês republicano radical usa para pôr o proletário no seu devido lugar. O contrato de trabalho deve ser livremente celebrado por ambos os contraentes. Mas considera-se que foi livremente celebrado logo que a lei torne ambas as partes iguais no papel. O poder conferido a uma das partes pela diferença de posição de classe, a pressão que ela exerce na outra parte, a real posição econômica de ambas - isso não diz respeito à lei. Também enquanto o contrato de trabalho vigore, devem ambas as partes ter direitos iguais, desde que uma delas não renuncie expressamente a eles. Que as relações econômicas forcem o trabalhador a renunciar até o último simulacro de direitos iguais - também isso não diz respeito à lei.

Quanto ao casamento, a lei, mesmo a mais avançada, fica plenamente satisfeita mal os contraentes tenham formalmente registado que estão a celebrar o casamento de sua livre vontade. O que se passa na vida real, atrás da cena jurídica, como surge essa livre vontade - isso não diz respeito à lei, nem ao jurista. Contudo, a mais elementar jurisprudência comparada deveria mostrar ao juiz aquilo em que essa livre vontade de fato consiste. Nos países em que uma parte da herança paterna está obrigatoriamente assegurada por lei aos filhos, que, por isso, não podem ser deserdados - na Alemanha, nos países de Direito francês e noutros -, os filhos são obrigados a obter o consentimento dos pais para o casamento. Nos países de Direito inglês, em que o consentimento dos pais não é legalmente necessário para o casamento, estes, por seu lado, têm completa liberdade para dispor da sua propriedade em testamento. É óbvio que, apesar deste fato e precisamente por causa

dele, a liberdade de casamento entre as classes com alguma coisa a herdar não é na realidade em nada maior na Inglaterra e na América do que na França e na Alemanha.

No que diz respeito à igualdade legal do homem e da mulher no casamento, a posição não é melhor. A desigualdade dos dois cônjuges, transmitida até nós a partir de condições sociais anteriores, não é causa, mas efeito da opressão econômica da mulher. No antigo lar comunista, que compreendia muitos casais e os seus filhos, a tarefa de administração dos assuntos domésticos, confiada às mulheres, era tanto uma indústria pública e socialmente necessária, como a procura de alimentos pelos homens. Como a família patriarcal, e sobretudo com a família monogâmica isolada, deu-se uma mudança. A administração doméstica perdeu o seu caráter público. Deixou de dizer respeito à sociedade. Tornou-se um serviço privado; a mulher passou a ser a servidora principal, excluída de toda a participação na produção social.

Grande indústria e produção social

Só com o aparecimento da grande indústria moderna e a entrada da produção social lhe foi de novo aberto - e mesmo assim só à mulher proletária. Mas foi-lhe aberta de tal forma que, se cumpre os seus deveres no serviço privado da sua família, continua excluída da produção pública e impossibilitada de ganhar; e se quer tomar parte na produção pública e ganhar independentemente, não pode cumprir os deveres familiares. E a posição da mulher na fábrica é a posição das mulheres em todos os ramos de atividade, até na medicina e no direito. A família individual moderna baseia-se na escravatura doméstica - aberta ou oculta - da mulher, e a sociedade moderna é uma massa composta por essas famílias individuais, que são as suas moléculas.

Hoje, na grande maioria dos casos, pelo menos nas classes proprietárias, o marido é obrigado a ganhar a vida e a sustentar a família. Isto, só por si, dá-lhe uma posição de supremacia, sem qualquer necessidade de títulos e privilégios especiais. Dentro da família ele é o burguês e a mulher representa o proletariado. No mundo industrial, o caráter específico da opressão econômica que se faz sentir no proletariado só será visível em toda a sua agudeza quando todos os privilégios legais especiais da classe capitalista estiverem abolidos e estabelecida a completa igualdade legal de ambas as classes.

A república democrática não suprime a oposição das duas classes; pelo contrário, põe à disposição o campo aberto onde a luta se pode travar. E, da mesma maneira, o caráter peculiar da supremacia do marido sobre a mulher na família moderna, a necessidade de criar uma verdadeira igualdade social entre eles e a forma de o fazer, só serão vistos à luz do dia quando ambos possuírem legalmente completa igualdade de direitos. Será então óbvio que a primeira condição para a libertação da mulher é trazer de novo todo o sexo feminino para a indústria pública, e que isto, por seu turno, exige a abolição da família monogâmica como unidade econômica da sociedade.

Temos, assim, três formas de casamento, que correspondem, de uma maneira geral, aos três principais fases do desenvolvimento humano. Ao período de selvajaria, corresponde o casamento por grupos; à barbárie, o casamento por pares; à civilização, a monogamia, tendo como suplemento o adultério e a prostituição. Entre o casamento por pares e a monogamia medeia um período da fase superior da barbárie, em que os homens têm escravas à sua disposição e se pratica a poligamia.

Como toda a nossa exposição mostrou, o progresso que se manifesta nestas formas sucessivas está ligado à singularidade de as mulheres, mas não os homens, serem cada vez mais privadas da li-

berdade sexual do casamento por grupos. De fato, para os homens ainda o casamento por grupos existe realmente, mesmo hoje. O que em relação à mulher é um crime que acarreta graves consequências legais e sociais, é considerado uma honra para o homem, ou, no pior dos casos, uma ligeira mancha moral que ele usa alegremente. Mas, quanto mais o heterismo do passado se transforma nos nossos dias pela produção capitalista de mercadorias e se adapta a ela, tanto mais se transforma em prostituição clara e mais desmoralizadores são os seus efeitos. Estes degradam os homens muito mais do que as mulheres. Entre elas, a prostituição degrada apenas as infelizes que se tornam suas vítimas e, mesmo estas, de forma alguma tanto como se supõe. Mas degrada o caráter de todo o mundo masculino. Um longo noivado, em particular, é, em nove de dez casos, uma razoável escola preparatória de infidelidade conjugal.

Revolução social

Estamos agora a aproximar-nos de uma revolução social em que as bases econômicas da monogamia, tal como existem até aqui, desaparecerão de forma tão segura como as do seu complemento - a prostituição. A monogamia nasceu da concentração de riqueza considerável nas mãos de um único indivíduo - um homem - e da necessidade de transmissão dessa riqueza aos filhos desse homem e de nenhum outro. Para este fim, era necessária a monogamia da mulher e não a do homem; por isso, essa monogamia da mulher não interferiu de forma alguma na poligamia aberta ou oculta por parte do homem. Mas, transformando pelo menos a riqueza permanente e hereditária - os meios de produção - em propriedade social, a revolução social reduzirá ao mínimo toda esta ansiedade quanto à transmissão e herança.

Tendo a monogamia nascido de causas econômicas, desaparecerá quando desaparecerem essas causas?

Poderia responder-se, não sem razão: longe de desaparecer, pelo contrário, realizar-se-á completamente, porque, com a transformação dos meios de produção em propriedade social, desaparecerá também o trabalho assalariado, o proletariado e, portanto, a necessidade de um número preciso - estatisticamente calculado - de mulheres que se entreguem por dinheiro. A prostituição desaparece; a monogamia, em vez de ser abalada torna-se, por fim, uma realidade - também para os homens.

Portanto, de qualquer forma, a posição dos homens alterar-se-á muito. Mas a posição das mulheres, de todas as mulheres, sofre também mudança significativa. Com a transferência dos meios de produção para a propriedade comum, a família isolada deixa de ser a unidade econômica da sociedade. A administração doméstica privada transforma-se numa indústria social. O cuidado e a educação dos filhos torna-se um assunto público; a sociedade encarrega-se da mesma maneira de todas as crianças, quer sejam filhos legítimos ou não. Isto remove toda a ansiedade quanto às "consequências", que é hoje o mais essencial dos fatores sociais - tanto morais como econômicos -, que impedem uma moça de se entregar completamente ao homem que ama.

Não será isto suficiente para efetuar o crescimento gradual de relações sexuais livres e para formar uma opinião pública mais tolerante a respeito da honra de uma donzela e da vergonha de uma mulher? E, finalmente, não vimos que, no mundo moderno, a monogamia e a prostituição são realmente contradições, mas contradições inseparáveis, polos do mesmo estado de sociedade? Poderá a prostituição desaparecer sem arrastar consigo para o abismo a monogamia?

Nessa altura surgiu um novo elemento, que, enquanto a monogamia se desenvolveu, existiu quando muito em germe: o amor sexual individual.

(Observação: os subtítulos são nossos)